



EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

1 - PREÂMBULO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO № 0137/2019

SETOR INTERESSADO: Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de empresa para realização de serviços de coleta de resíduos e destinação final e varrição de logradouros públicos no município de Cordeiro-RJ, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I do edital.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

DIA: 18 de Março de 2019, ou no primeiro dia útil subseqüente, no mesmo local e hora, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: 10horas

LOCAL: Sala de Licitações – Av. Presidente Vargas, n°42/54 - Centro – Cordeiro-RJ.

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. A licitação será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 (com as alterações da Lei nº 8883/94 e da Lei nº 9.648/98), Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Lei Complementar 147/14 - Altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Lei Municipal nº 1642/2011 - Institui o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e no âmbito municipal e Decreto Municipal nº 057/2010, que regulamenta a modalidade de Pregão Presencial e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e obedecerá às condições estatuídas neste Edital.

Em conformidade com as Portarias nº 012/2019, a Comissão de Licitação do presente procedimento é composta pela Pregoeira Kelly Silva Bonifácio e os membros da Equipe de Apoio: Bárbara de Souza Lima.Francielle de Oliveira Silva e Thúlio Prata Soares.

2- DO OBJETO

- 2.1. Contratação de empresa para realização de serviços de coleta de resíduos e destinação final e varrição de logradouros públicos no município de Cordeiro-RJ, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I do edital.
- 2.2 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.



3 - DO PRAZO DE <u>VIGÊNCIA DO CONTRATO</u>

3.1 - O Contrato será válido a partir da assinatura do mesmo pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública, de acordo com os artigos 57, II e 65 e seguintes todos do diploma legal n°8666/93.

4 - DA LEGISLAÇÃO

- 4.1 O presente edital reger-se-á, principalmente, pelos seguintes instrumentos legais:
- I. Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 Instituto do Pregão;
- II. Decreto Federal nº 3.555/2000, alterado pelo Decreto nº 3.693/2000 Regulamento do Pregão;
- III. Decreto Municipal n.º 052/2010, alterado pelo Decreto 010/2018 Regulamento do Pregão;
- IV. Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e alterações posteriores Lei de Licitações;
- V. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e suas alterações;
- VI. Lei Municipal nº 1642/2011 Institui o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual no âmbito municipal;
- VII. Lei Municipal n.º 2157/2017 Instituição do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cordeiro;
- VIII. Demais exigências deste edital e seus anexos.

5 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Além da participação de empresas em geral, também poderão participar da presente licitação Microempresas e Empresas de pequeno porte que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à Documentação, constantes deste Edital.
- 5.2 Somente poderão participar desta licitação as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado e as que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e de seus anexos, inclusive quanto à documentação.
- 5.3 Entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.
- 5.4 As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte doravante serão designados respectivamente por ME/EPP.



- 5.5 As ME/EPP deverão entregar fora dos envelopes e no momento do credenciamento e representação a declaração de enquadramento (ANEXO VII) assinada pelo seu representante legal.
- 5.6 A municipalidade esclarece a quem possa interessar que foi realizado um Termo de Ajustamento de Conduta, contendo um Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0 emitido pela Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região (Nova Friburgo Ministério Público do Trabalho), oriundo de Processo Judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441, exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, determinando-se o cumprimento de diversos requisitos, em todos os editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada.
 - 5.6.1 Fica determinado que no presente edital, serão exigidos todos os itens estabelecidos no ACORDO, especificamente quanto às inserções das obrigações no edital, em cumprimento à recomendação expedida pelo Exmo. Procurador Regional do Trabalho, conforme acima mencionado, devendo as empresas participantes se atentarem e cumprirem cada um desses itens. Frisa-se que ao final de cada item, constará a menção ao presente TAC (procedimento promocional) devidamente grifada.

5.7 - É VEDADA À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS:

- a) Tenha sido declarada inidônea por ato do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal;
- b) Estiver sob o processo de falência ou concordata;
- c) Estiver impedida de transacionar com a administração pública municipal:
- d) Tenha sido punida com rescisão contratual que por deficiência dos serviços prestados, que por outro fato que tenha motivado a rescisão, por sua culpa, no transcorrer dos últimos 05 (cincos) anos:
- e) Cujo proprietário, sócio, diretor ou gerente seja servidor público, dirigente ou funcionário da Prefeitura Municipal de Cordeiro.
- f) Não poderão participar deste certame às pessoas mencionadas no art. 9º da Lei Federal 8.666/93.
- g) Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pelo Município de Cordeiro, nos termos do inciso II do art. 87 da Lei 8.666/93;
- h) Não será admitida a participação de licitantes já incursos na pena do inciso IV do art. 87 da Lei 8666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.
- 5.8 É vedada à participação de pessoas físicas e consórcios.

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.



6 - DO CREDENCIAMENTO

Para o Credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Tratando-se de **representante legal**: cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na junta comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura ou Termo de Credenciamento de acordo com modelo estabelecido nos anexos deste Edital.
- b) Tratando-se de **procurador**: a procuração por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida, da qual constem dentre outros poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- c) Os interessados deverão entregar o Documento de Credenciamento (facultativo)
- d) Tratando-se de representante legal e/ou procurador: documento oficial com foto (original e cópia).
- e) Os interessados deverão entregar a **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Idoneidade**, documento obrigatório.
- f) Apresentar Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (ANEXO VII), documento obrigatório.
- g) Os documentos acima mencionados e os envelopes de Proposta comercial e documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro Oficial, até às 10:00 (dez horas), havendo uma tolerância máxima de 10 (dez) minutos.
- h) O licitante que não apresentar o Documento de Credenciamento ficará impedido de apresentar lances, não poderá manifestar se durante a sessão e ficará impossibilitado de responder pela empresa, bem como de interpor recurso em qualquer fase. Somente será aproveitada a sua proposta escrita, se apresentar junto com os envelopes de proposta comercial e de documentos de habilitação a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.
- i) É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas;
- j) Apresentarão, **de forma avulsa**, as alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f", sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes.
- 6.1 A ausência do credenciamento não constituirá motivo para inabilitação ou desclassificação de proposta do concorrente.

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.



7 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

7.1 - As Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, conforme itens DA HABILITAÇÃO deverão ser entregues em envelopes distintos devidamente fechados e rubricados no fecho, atendendo fielmente aos requisitos deste Edital no local, dia e hora determinados. As partes externas desses envelopes deverão estar identificadas conforme abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2019 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) ENVELOPE N° 01 - PROPOSTA DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2019 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8 - DA PROPOSTA DE PREÇO

- 8.1 A Proposta de Preço deverá ser elaborada conforme modelo em anexo a este Edital e entregue através de uma via impressa devendo ser datada e assinada na última folha e rubricada nas demais. No campo **DADOS BANCÁRIOS** a empresa proponente deverá informar os dados bancários para posterior transferência bancária, importando a omissão em possível dificuldade por parte do município em efetuar o pagamento devido ou em documento idêntico elaborado pela licitante, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:
- a) Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e número de fax;
- b) Descrição clara e detalhada dos itens cotados, de acordo com as especificações da RELAÇÃO DOS ITENS DO PROCESSO - ANEXO I do edital;
- c) Indicação do prazo de validade da Proposta Comercial, contado da data de sua entrega ao Pregoeiro que será de no mínimo 60 dias presumida na forma da lei;
- 8.2 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da **Prefeitura Municipal de Cordeiro**, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.
- 8.3 Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS



- 8.4 Na fase de classificação e conformidade, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 8.5 Caso a licitante não aceite as correções, sua proposta comercial será desclassificada.
- 8.6 A simples apresentação da proposta implica que os preços ofertados incluem todos os custos e despesas, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, impostos, materiais, equipamentos, serviços, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros, lucro, entrega dos itens além de quaisquer outros aqui não elencados e que atende a todas as características deste Edital e seus anexos inclusive quanto à qualidade, quantidades e prazos e validade da proposta comercial de no mínimo 60 dias presumida na forma da lei;

9 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 9.1 A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preço e os documentos que a instruírem, será pública, dirigido por um Pregoeiro, devidamente auxiliado pela equipe de apoio, e realizada de acordo com o disposto no Regulamento de Licitação denominada Pregão, aprovado pelo Decreto n° 057, de 03 de Novembro de 2.010, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto 3.555, de 08 de agosto de 2000 e em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário determinados.
- 9.2 No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados devem comprovar, por instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do Art. 3º, inciso VI do Decreto nº 057/2010 que Regulamenta as licitações na modalidade Pregão Presenciais e para prática dos demais atos do certame, conforme item 4 (quatro) deste Edital.
- 9.3 Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão, não sendo mais admitidos novos proponentes e dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo as Propostas de Preço e os Documentos de Habilitação.
- 9.4 Sendo impossível prosseguir com o certame em face da quantidade de itens, o Pregoeiro receberá os envelopes lacrados e vistados sob o lacre, manterá sob sua guarda até a mesma hora do primeiro dia útil subsequente quando dará prosseguimento à abertura dos envelopes restantes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 10.1 A presente licitação é do tipo **Menor Preço Global**, e o julgamento das propostas de preços será realizado em conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerada vencedora a proposta que apresentar o **Menor Preço Global** e atender as condições de habilitação.
- 10.2 Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e, posteriormente pelos representantes das licitantes.

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.



- 10.3 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos.
- 10.4 Uma vez apresentada, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 10.5 Será proclamado, pelo Pregoeiro, o proponente que ofertar a proposta de **Menor Preço Global,** conforme definido neste edital e seus anexos e, serão anunciados os proponentes cujas propostas apresentem preços até 10% (dez por cento) superior à primeira ou, ainda, as 03 (três) melhores ofertas, conforme disposto no Art. 4º IX da Lei Federal 10.520/02 de 17 de julho de 2002 e no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 10.6 Aos proponentes proclamados e anunciados na forma do item anterior será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 10.6.1 O Pregoeiro convidará individualmente os proponentes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor:
- 10.6.2 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará exclusão do proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de classificação das propostas;
- 10.6.3 Casos lances verbais não se realizem, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 10.7 Encerrada a etapa competitiva do pregão as ofertas para cada item, definido neste Edital e seus anexos, serão ordenadas exclusivamente pelo critério de **Menor Preço Global.**
- 10.8 O Pregoeiro examinará a aceitabilidade do último lance apresentado pelo primeiro classificado quanto ao valor e quanto aos itens definido neste Edital e em seus anexos, podendo decidir motivadamente a respeito.
- 10.9 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do proponente que a tiver formulado, com base na regularidade dos documentos complementares, conforme item **DA HABILITAÇÃO**, deste Edital.
- 10.10 Constatado o pleno atendimento das exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicados os itens, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 10.11 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, e que atenda ao edital e seus anexos, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado os itens definidos neste Edital.



- 10.12 Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes deste Edital e seus anexos.
- 10.13 Serão desclassificadas as propostas de preços:
- 10.13.1 Que não atenderem às exigências deste Edital e seus anexos, bem como as omissas ou as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 10.13.2 Com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com os itens integrantes do lote em análise.

11 - DA HABILITAÇÃO

- 11.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no envelope nº 02 que deverá estar devidamente identificado conforme item 7, indicado neste Edital.
- 11.2 O proponente deverá apresentar dentro do envelope n° 02 todos os documentos exigidos neste item DA HABILITAÇÃO, como condição para participar do certame cujo descumprimento resulta automática inabilitação.
- 11.3 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo pregoeiro. No caso das certidões obtidas via Internet, as quais suas aceitações estão condicionadas à verificação de suas autenticidades em sites específicos, tais certidões poderão estar acompanhadas de suas respectivas autenticações digitais.
- 11.4 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do proponente, com número do seu CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo:
- 11.4.1 Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 11.4.2 Se o proponente for a <u>filial</u>, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela sua natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 11.5 Todos os proponentes deverão apresentar dentro do envelope n° 02 os seguintes documentos:

11.5.1 - A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO COMPREENDE

- a) Habilitação jurídica;
- b) Regularidade fiscal



- c) Regularidade Trabalhista;
- d) Qualificação econômico-financeira;
- e) Qualificação Técnica

11.5.2 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 11.5.2.1 NO CASO DE EMPRESA INDIVIDUAL
- a) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 11.5.2.2 NO CASO DE EMPRESA LTDA. S. A / MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
- a) Apresentação do Ato Constitutivo (Estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subsequentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;
- 11.5.2.3 NO CASO DE SOCIEDADE CIVIL.
- a) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

11.5.2.4 - NO CASO DE EMPRESA ESTRANGEIRA.

a) - Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

11.5.2.5 - NO CASO DE COOPERATIVA:

- a) Ato Constitutivo (Ata da assembléia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;
- b) Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);
- c) Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital:

11.5.2.6 - EM TODOS OS CASOS:

a) - Apresentação de declaração do licitante de que cumpre os preceitos estatuídos nos art. 27, V da Lei 8.666/93, bem como o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (**Declaração de que não emprega**



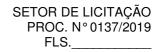


menor) ANEXO IV.

b) - Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, conforme determina o Art. 9 °da Lei 8.666/93, servidores públicos da Prefeitura Municipal de Cordeiro exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão ANEXO V.

11.5.3 - REGULARIDADE FISCAL

- 11.5.3.1 A documentação relativa à regularidade fiscal consiste em:
- a) Apresentação de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral junto ao (C.N.P.J.);
- b) Apresentação de inscrição no cadastro de contribuintes municipal (comprovante de inscrição) ou estadual (comprovante de inscrição, e de situação cadastral), se houver, relativo à sede do concorrente.
- c) Apresentação de Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, inclusive os Previdenciários INSS e da Dívida Ativa da União) ;
- c1) O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão acima que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.
- d) Apresentação de **Regularidade para com a Fazenda Estadual,** do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;
- e) Apresentação de **Regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;
- f) Apresentação de **CND para comprovação de regularidade com o FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- g) Apresentação de <u>Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Estado</u> do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;
- h) Apresentação de <u>Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Município</u> do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição.
- i) A regularidade junto às Fazendas Públicas, estabelecidas nas letras "c", "d", "e", "f", "g" e "h" poderão ser demonstradas através de Certidões Positivas com efeito de negativa, quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, na forma do disposto no artigo 206 do Código Tributário Nacional.





11.5.4 - REGULARIDADE TRABALHISTA

a) - Apresentação de comprovação de prova de inexistência de débitos trabalhistas perante a Justiça do Trabalho - (**Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**) e/ou Positiva com Efeito de Negativa, dentro do prazo de validade.

11.5.4.1 - <u>DA OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA</u>

Microempreendedor Individual, microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas:

- a) O ME/EPP deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006;
- b) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- c) A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.5.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ORIGEM DA EMPRESA OU REGISTRADOS EM CARTÓRIO, SE FOR O CASO, OU AINDA, NOS CAOS DE EMPRESAS CUJO ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO SEJA LUCRO REAL OU PRESUMIDO, ESTAS DEVERÃO APRESENTAR O RECIBO DE ENTREGA DO LIVRO DIGITAL ENVIADO POR MEIO DO SPED - Sistema Público de Ecrituração Digital, que comprovem a boa situação financeira da empresa, através da costatação dos indices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG), de acordo com as formulas e condições abaixo, que deverá ser apresentado em anexo, vedada a sua substituição porbalancetes ou balanços provisórios. Necessário apresentar Termos de abertura e encerramento do Balanço Patrimonial.

Índice de Liquidez Geral (LG):

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL À LONGO PRAZO IGUAL OU MAIOR QUE1 PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL À LONGO PRAZO

□ Liquidez Corrente (LC):



LC = ATIVO CIRCULANTE IGUAL OU MAIOR QUE 1 PASSIVO CIRCULANTE

- a.1) O licitante que apresentar índices inferiores a 01 (um) em qualquer dos índices anteriormente solicitados, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item objeto da licitação.
- a.2) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência deverão apresentar balanços de constituição (ativo e passivo) e balanço analítico dos meses anteriores assinados pelo profissional contabilista e sócio gerente.
- a.3) No caso de <u>microempreendedor individual</u>, apresentar o recibo de entrega de **declaração anual** do SIMEI.
- b) Demonstração do resultado do exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n 000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n 0037400-22.2009.5.01.0441.)
- c) Apresentação de Certidão Negativa de Falência ou Concordata e Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica. (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- d) Apresentação de declaração ou certidão que informe quantos são os cartórios de distribuição de falência e concordata da sede da empresa, expedida por Órgão Público revestido de fé pública competente para a emissão da respectiva declaração ou certidão.

11.5.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 11.5.6.1 Deverá a licitante apresentar dentro do envelope habilitação cópia autenticada ou cópia com original de ao menos 01 (um) dos seguintes documentos:
 - · Contrato; ou
 - Atestado: ou
 - Declaração; ou
 - Qualquer outro documento idôneo que comprove que a licitante possui experiência mínima de 3 anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, compatíveis com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.



Todo este item é em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)

- 11.5.6.2 A empresa deverá apresentar também dentro do envelope habilitação:
 - a) Certidão ou Registro de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou Conselho Profissional competente;
 - b) Certidão ou Registro de inscrição de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou Conselho Profissional competente;
 - c) Apresentar o licitante a Comprovação de ao menos 1(um) profissional, devidamente registrado junto ao CREA ou Conselho Profissional competente, com atribuições pertinentes às atividades objeto (Serviços de coleta de resíduos sólidos em locais públicos e varrição de logradouros públicos) do presente processo licitatório, conferidas por estes, exclusivamente às parcelas de maior relevância, sendo que a vinculação entre a empresa e o profissional deverá ser por PELO MENOS 01 (UM) dos instrumentos abaixo:
 - I.Contrato particular de trabalho em vigor, devidamente registrado em Cartório ou;
 - II. Carteira de Trabalho e Previdência Social ou:
 - III.Em caso de o(s) referido(s) Engenheiro(s) se tratar(em) de dirigente(s) ou sócio(s) da empresa licitante, tal comprovação será realizada mediante a apresentação do Contrato Social ou Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo, devidamente atualizado, registrado no órgão competente.
- 11.5.6.3 Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura da licitação; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n 000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n 0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 11.5.6.4 Licenciamento ambiental da atividade desenvolvida pela empresa participante em vigência na data da abertura dos envelopes.
- 11.6 Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.



- 11.7 Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- 11.8 Na hipótese de algum documento não conter expressamente o prazo de validade, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão;

12 - DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

- 12.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
- 12.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o acolhimento ou não da petição interposta no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da petição.
- 12.3 A petição contra este Edital somente será acolhida quando afetar a formulação das propostas de preços ocasião em que será designada nova data para realizar o pregão.
- 12.4 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO o proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a abertura dos envelopes de propostas de preços.
- 12.5 A impugnação deverá ser apresentada no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Cordeiro, localizado no Térreo do Edifício sede, situado na Avenida Presidente Vargas, nº42/54 Centro Cordeiro/RJ, das 11h30min às 17h30min, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

13 - DOS RECURSOS

- 13.1 Dos atos praticados pelo Pregoeiro decorrentes da presente licitação, cabem recursos administrativos de acordo com o estabelecido no artigo 4º, incisos XVIII a XXI, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002.
- 13.2 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos eventualmente insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.3- Decididos os recursos, a autoridade competente adjudicará e homologará o processo para determinar a contratação se, entendendo-a ainda conveniente e oportuna.
- 13.4 O Recurso deverá ser apresentado no setor de protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, localizado no Térreo do Edifício sede, situado na Avenida Presidente Vargas, nº42/54 Centro Cordeiro/RJ, das 11h30min às 17h30min, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS



13.5 – Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), momento em que, qualquer licitante, caso haja interesse, deverá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos pela Comissão Permanente de Licitação.

14 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 14.1 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Prefeitura Municipal de Cordeiro, será formalizado o Contrato, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com validade de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 14.2 A Prefeitura Municipal de Cordeiro convocará formalmente a licitante classificada em primeiro lugar, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, informando o local e data para assinatura do Contrato e recebimento da Nota de Empenho. A convocação far-se-á através de ofício ou e-mail (que deverá ser fornecido ao município no momento do credenciamento), dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 14.2.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo prestador de serviço convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Cordeiro.
- 14.2.2 Para retirada do empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.
- 14.2.3 Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.
- 14.2.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato e ou aceitar a nota de empenho, até 05 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas no artigo 81 da Lei 8666/93 se sujeitando o adjudicatário a multa de 10% do valor estimado da licitação, e facultando a **Prefeitura Municipal de Cordeiro** convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.
- 14.2.5 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.
- 14.2.6 Quando do comparecimento da empresa para assinatura do Contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS



- 14.2.7 − O contrato firmado com o licitante vencedor poderá ser alterado nos termos dos artigos 58 e 65, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 14.2.8 As obrigações, decorrentes deste Pregão, consubstanciar-se-ão na formalização de Termo de Contrato, conforme minuta de contrato anexo ao futuro edital.
- 14.2.9 O prazo para a assinatura do contrato será de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da regular convocação do licitante vencedor.
- 14.2.10 Em não comparecendo o licitante vencedor, decairá o direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, desde que aceitem manter as mesmas condições da proposta vencedora, tudo conforme preceitua o artigo 64 da Lei n.º 8.666/93, com suas respectivas alterações.
- 14.2.11 O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, em conformidade com o Projeto Básico, edital e seus anexos, na forma de apresentação e demais características, da proposta apresentada pela CONTRATADA no procedimento licitatório, podendo ser prorrogado/aditivado em prazo, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública, de acordo com os artigos 57, II e 65 e seguintes todos do diploma legal n°. 8.666/93.
- 14.2.12 A execução do contrato deverá ser iniciada no prazo máximo de 3 (três) dias, a partir do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.
- 14.2.13 Havendo questionamento quanto aos serviços prestados pela CONTRATADA que impeça o aceite da finalização dos serviços e entrega da área, a CONTRATADA deverá providenciar medidas saneadoras, para o definitivo aceite.
- 14.2.14 A PMC reserva-se o direito de não emitir o Termo de Aceite dos serviços e recebimento da área, se estes estiverem sido executados em desacordo com as especificações constantes deste Projeto Básico, Edital e em de seus ANEXOS e de aplicar as sanções cabíveis por descumprimento contratual.

14.3 - DO REAJUSTE

- a) Os valores pactuados poderão ser reajustados depois de decorridos 12 (doze) meses da data de apresentação das propostas, com base no IGP-M, acumulado desde o mês da abertura das Propostas até o mês de aplicação do reajuste, a menos que seja criado índice setorial oficial, obrigatoriamente imposto pela União.
- b) Será realizada revisão do valor dos serviços, para mais ou para menos, nos seguintes casos:
 - I. Quando houver modificação unilateral do contrato, imposta pelo Município e que importe em alteração de custos, devidamente comprovada por probatório pela Contratada;



- II. Sempre que forem criados, extintos ou alterados tributos ou encargos legais ou sobrevierem disposições legais, ocorridas após a data de apresentação da Proposta objeto desta Licitação, de comprovada repercussão nos custos da Contratada; e
- III. Nos demais casos em que se aplique o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, com exceção do §1º do mesmo artigo.

14.4 - DA REVISÃO

a) Será assegurado à Contratada o estabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 65, § 5º e § 6º da Lei Federal nº 8.666/93, a partir da data da assinatura do contrato.

15 - DA EMISSÃO DOS PEDIDOS

- 15.1 A Prefeitura Municipal de Cordeiro, respeitada a ordem de classificação, selecionarão o fornecedor para o qual serão emitidos os pedidos.
- 15.2 O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato estará sujeito às sanções previstas neste edital. Neste caso, a Prefeitura Municipal de Cordeiro convocará obedecida a ordem de classificação, o próximo fornecedor.

16 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1 - A despesa decorrente desta licitação correrá à conta dos orçamentos dos exercícios de 2018, compromissada por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho e Natureza de Despesa serão consignados no Quadro de Detalhamento de 2018 a ser publicado oportunamente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Serviços Públicos

PROGRAMA DE TRABALHO: 2201.154520067.2121

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39.00

FONTE:04

16.2 - O preço total estimado pelo Setor de Compras para a aquisição do objeto deste pregão é de R\$ 5.605.354,44 (cinco milhões, seiscentos e cinco mil, trezentos e cinqüenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), conforme os valores constantes da RELAÇÃO DE ITENS DO PROCESSO- ANEXO I deste edital.

17 - DA VIGÊNCIA

17.1 - O Contrato será válido a partir da assinatura do mesmo pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública, de acordo com os artigos 57, II e 65 e seguintes todos do diploma legal n°8666/93.

18 - DA CONTRATAÇÃO



- 18.1 Após a homologação da licitação pela autoridade competente da Prefeitura Municipal de Cordeiro, o proponente vencedor será convocado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar do Contrato. O proponente que ensejar retardamento na assinatura do Contrato, a administração pública aplicará as penalidades da cláusula 24.
- 18.2 É facultado a Prefeitura Municipal de Cordeiro, quando o convocado não aceitar ou não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista neste Edital e em lei.
- 18.3 A Prefeitura Municipal de Cordeiro poderá rescindir, a qualquer tempo, o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à contratada qualquer espécie de direito, nos casos previstos em lei e no contrato firmado entre as partes.
- 18.4 A rescisão do Contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Prefeitura Municipal de Cordeiro, a retenção dos créditos decorrentes da Nota de Empenho limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste Edital e em lei, até a completa indenização dos danos.
- 18.5 Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

19 - SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

- a) Os serviços a serem realizados deverão ser executados em conformidade com a Proposta de Metodologia apresentada pela Licitante vencedora, a qual deverá observar e aplicar todas as especificações e demais elementos técnicos constantes deste Anexo.
- b) Passados 90 (noventa) dias do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS o seu PLANO DE TRABALHO DEFINITIVO.
- c) A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS poderá propor a implantação de novas técnicas operacionais, ao longo do Contrato, de forma a assegurar a atualização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços ao Município.
- d) O objeto licitado compreende a execução dos serviços relacionados a seguir:
- Varrição de logradouros públicos;
- > Poda de árvores nos logradouros públicos;
- Limpeza manual de meio fio e sarjetas;
- Coleta e transporte de resíduos sólidos;

19.1 - DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.



- 19.1.1 O fornecimento do objeto desta licitação deverá ser realizado nas datas, locais e horários definidos pela Secretaria, conforme descrito no Termo de Referência (Anexo II)
- 19.1.2 O prazo para execução dos serviços será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, por meio de termo aditivo, desde que os preços e condições para a continuidade dos serviços sejam vantajosos para Administração e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeira do contrato.
- 19.1.3 A vigência do contrato terá início a partir da expedição da Ordem de Início dos Serviços.
- 19.1.4 A execução do contrato deverá ser iniciada no prazo máximo de 3 (três) dias, a partir do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.
- 19.1.5 A conclusão provisória se fará mensalmente, mediante a expedição, pelo Fiscal do Contrato, de um Atestado de Execução do Contrato, e a conclusão definitiva se dará quando do encerramento do seu prazo de vigência, mediante a expedição de um Termo de Aceite, a ser assinado pelas partes.

20 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 20.1 -Prestados os Serviços, o seu recebimento será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:
 - 20.1.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
 - 20.1.1.1 Provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias após a atestação pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS ou por servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo, referentes aos serviços executados. Será procedida a conferência de sua conformidade com as especificações do Projeto Básico, Edital, da proposta, da nota de empenho e do Contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
 - 20.1.1.2 Efetuada a prestação dos serviços, o mesmo será recebido, definitivamente, pelo responsável, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, para verificação da conformidade dos serviços realizados com as especificações da solicitação.
- 20.2 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato, e notificará para correção e apresentação de justificativa.
- 20.3 A reiteração ou defeito no fornecimento do serviço, sem justificativa admitida pela contratante, ensejará aplicação das sanções mais gravosas, conforme previsto no presente PREGÃO, podendo estas ser aplicadas cumulativamente.



- 20.4 O aceite/aprovação do serviço pelo setor responsável não exclui a responsabilidade civil do licitante por vício de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas na RELAÇÃO DE ITENS DO PROCESSO.
- 20.5 A Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA, no momento da conclusão da execução dos serviços, deverá vir acompanhada de todos os relatórios aqui previstos e solicitados pela Prefeitura/Secretaria Municipal de Fazenda.
- 20.6 O servidor responsável pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo se reserva o direito de solicitar novos relatórios para conferência, de acordo com a necessidade.
- 20.7 Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade da execução dos serviços pelo prazo estabelecido, e estará obrigada a substituir ou refazer aquele que apresentarem falhas.

21 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 21.1 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do fornecedor, por ordem bancária em prazo não superior a 30 (trinta) dias da emissão da Fatura ou Nota Fiscal. Sob nenhuma hipótese será acatada cobrança através de Boleto Bancário.
- 21.2 O pagamento de cada fornecimento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Cordeiro em prazo não superior ao 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.
- 21.3 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Prefeitura Municipal de Cordeiro, o devido será acrescido de 1% (um por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.
- 21.4 O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretario Municipal do órgão requisitante da Prefeitura Municipal de Cordeiro.
- 21.5 Caso a Prefeitura Municipal de Cordeiro efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.
- 21.6 A contratada deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.
- 21.7 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome e endereco do órgão contratante.



- 21.8 Havendo identificação na Nota Fiscal ou Fatura de cobrança indevida, o fato será informado à contratada e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal dos produtos devidamente corrigida, sendo atestada pelo responsável designado pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Cordeiro.
- 21.9 A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal dos produtos, por parte da Prefeitura Municipal de Cordeiro, deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.
- 21.10 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual, inclusive.

22 - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

- 22.1 O fornecedor classificado poderá ter o seu contrato cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.
- 22.2 O cancelamento do seu contrato poderá ser:
- 22.2.1 a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;
 - 22.2.2 Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Cordeiro;
 - 22.2.3 Quando o fornecedor contratado:
- a) não aceitar diminuir o preço contratado, na hipótese de este se tornar inferior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Descumprir as obrigações decorrentes do contrato;
- d) Deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Cordeiro, sem justificativa aceitável;
 - 22.2.4 Por razões de interesse públicos, devidamente motivados e justificados.

23 - DA REVOGAÇÃO DO CONTRATO

- 23.1 O contrato poderá ser revogado pela Administração:
- 23.2 Automaticamente:



- 23.2.1 Por decurso de prazo de vigência;
- 23.2.2 Quando não restarem prestadores de serviço.
- 23.3 Pela Prefeitura Municipal de Cordeiro, quando caracterizado o interesse público.

24 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 24.1 O proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, não assinar o contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do termo contratual, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 24.1.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da PMC, e no caso de suspensão de licitar, o proponente deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 24.2 O não cumprimento dos prazos dos eventos contratados ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do fornecimento.
- 24.3 A aplicação da multa estabelecida no subitem anterior não impede que a Prefeitura Municipal de Cordeiro rescinda unilateralmente o fornecimento e/ou aplique as sanções previstas no subitem 23.4, sem prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.
- 24.4 No caso de inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de Cordeiro, poderá garantida a prévia defesa, rescindi-la e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:
- a) Advertência:
- b) Multa no percentual de 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cordeiro, por um período não superior a 05 (cinco) anos; e
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no disposto na alínea anterior.
- 24.5 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do subitem 24.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" do mesmo subitem.



- 24.6 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do subitem 24.4, somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da Prefeitura Municipal de Cordeiro e apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que a contratada for notificada. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dá direito a qualquer contestação.
- 24.7 A sanção estabelecida na alínea "d" do subitem 24.4, é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Cordeiro, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 05 (cinco) anos de sua aplicação.
- 24.8 As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 24.4, poderão também ser aplicadas à contratada ou aos profissionais que, na execução do contrato:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar o objetivo da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 24.9 A Prefeitura Municipal de Cordeiro formalizará comunicado à contratada sobre as advertências e multas aplicáveis, ficando assegurada a esta, a garantia de prévia defesa, a qual deverá ser apresentada a Prefeitura Municipal de Cordeiro, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação.
- 24.10 Será de responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.
- 24.11 Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento do contrato.

25 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante deverá:

- 25.1 Efetuar o pagamento à contratada, nos termos previstos neste edital, em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária, de acordo com a regularidade da contratada.
- 25.2 Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos fornecimentos, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas



detectadas e exigindo medidas corretivas por parte da contratada.

- 25.3 Observar para que durante a vigência do Contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 25.4 Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
- 25.5 Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento.
- 25.6 Propiciar as condições necessárias para a realização das entregas.
- 25.7 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada.
- 25.8 Designar servidor para fiscalizar o fornecimento.
- 25.9 Fornecer todas as informações para o bom desempenho dos serviços, assim como, o livre acesso às áreas envolvidas no trabalho;
- 25.10 Realizar o pagamento dos serviços prestados pela Contratada em conformidade com as cláusulas e condições estipuladas no Contrato;
- 25.11 Comunicar a Contratada ou ao representante por ela indicado, toda e qualquer irregularidade constatada no desempenho de suas atividades contratuais, solicitando as providências cabíveis para a regularização do ato ou procedimento, fixando prazo para a sua correção;
- 25.12 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 25.13 Informar à Contratada a conta bancária destinada a receber os valores arrecadados, pagos nos boletos.

25.14 - Caberá ainda à Contratante:

- 25.14 .1 Acompanhar, verificar e fiscalizar a execução dos serviços através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.
- 25.14 .2 Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados.
- 25.14.3 A contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Projeto Básico.
- 25.14.4 Receber, provisória e definitivamente, os servicos nas formas definidas.



- 25.14.5 Convocar a contratada no prazo de 05 (cinco) dias para retirada da Nota de Empenho.
- 25.14 .6 Fornecer sempre equipe de servidores para acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços a serem prestados e auxiliar no mapeamento de ruas e logradouros públicos onde deverão ser executados os serviços.
- 25.14 .7 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços.
- 25.14 .8 Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução da prestação dos serviços.
- 25.14 .9 Supervisionar a execução da prestação dos serviços, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativo e qualitativo.
- 25.14.10 Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Projeto Básico.
- 25.14.11 Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA.
- 25.14.12 Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- 25.14.13 Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados.
- 25.14.14 Aprovar ou reprovar os serviços apresentados pela empresa CONTRATADA.
- 25.14.15 Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 25.14.16 Solicitar a substituição dos funcionários da empresa CONTRATADA que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho.
- 25.14.17 Efetuar quando julgar necessário, inspeção nos veículos colocados à sua disposição, bem como ao material empregado na execução, com a finalidade de verificar as condições de conservação, segurança, qualidade, manutenção e limpeza.
- 25.14.18 Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o Contrato a ser celebrado.

25.15 - DA FISCALIZAÇÃO

25.15.1 - Nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados serão os servidores Fabiano Rodrigues Pinto — Matrícula



- 093181171 e Luciano Lopes de Carvalho Matrícula 050181157 devendo a Secretaria Municipal de Serviços Públicos fazer constar, impreterivelmente, na redação da ordem de início da execução, mais 01 (um) servidor para composição da fiscalização do contrato;
- 25.15.2 O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 25.15.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.
- 25.15.4 A contratante deverá fiscalizar, através do Fiscal do Contrato, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes e comunicar, por escrito diretamente à contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com os empregados desta, a fim de que sejam tomadas as devidas providências.
- 25.15.5 Todos os serviços executados na varrição dos logradouros públicos serão sujeitos à fiscalização e a Contratada é obrigada a permitir o acesso às dependências onde se desenvolvem os serviços do presente contrato. A Prefeitura manterá, para a fiscalização dos serviços contratados, engenheiros e técnicos, credenciados junto à Contratada, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer orientação geral, controle e fiscalização dos serviços. Após a comunicação da execução e do término dos serviços, os mesmos serão conferidos para aceitação, podendo o Município rejeitá-los no todo ou em parte em função das inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para o Município.
- 25.15.6 A contratante, por meio de sua fiscalização, adotará as seguintes medidas, conforme o caso:
 - 25.15.6.1 Aplicação de sanções administrativas, previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, no que pertine às obrigações trabalhistas e previdenciárias, pela empresa prestadora de serviços da contratada;
 - 25.15.6.2 Inserção da empresa descumpridora da legislação trabalhista no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
 - 25.15.6.3 Pagamento de direito das verbas trabalhistas aos empregados e liberação direta aos trabalhadores dos valores depositados nas contas vinculadas, nas seguintes hipóteses:
 - 25.15.6.3.1 Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13o.s salários, dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
 - 25.15.6.3.2 Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao ⅓ de férias, previsto na





Constituição, quando dos gozos de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

25.15.6.3.3 - Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13o.s salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato; (Todo o item 25.15.6.3 é exigido em atendimento as exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.).

26 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 26.1 Cumprir fielmente o estipulado neste Edital e seus anexos e na proposta de preços;
- 26.2 Providenciar a execução do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, no endereço indicados pela Prefeitura Municipal de Cordeiro;
- 26.3 Substituir no imediatamente o item que for considerado defeituoso pela Prefeitura Municipal de Cordeiro;
- 26.4 Apresentar documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, sempre que solicitado:
- 26.5 Responder pelos danos causado diretamente a Prefeitura Municipal de Cordeiro ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Prefeitura Municipal de Cordeiro;
- 26.6 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Cordeiro;
- 26.7 Manter os seus empregados, quando do fornecimento dos produtos, sujeitos às normas disciplinares da Prefeitura Municipal de Cordeiro, porém, sem qualquer vínculo empregatício com esta entidade;
- 26.8 Manter seus empregados, quando em trabalho na Prefeitura Municipal de Cordeiro, identificados com crachá devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares desta Prefeitura;
- 26.9 Dar ciência a Prefeitura Municipal de Cordeiro, imediatamente, por escrito, de toda e qualquer anormalidade que ocorrer, inclusive durante o prazo de garantia dos materiais;
- 26.10 Arcar com todas as despesas trabalhistas, previdenciárias, judiciais, indenizações, seguros e outros de seus empregados e prepostos;



- 26.11 Arcar com todas as despesas necessárias para entrega do objeto;
- 26.12 Assumir inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade do objeto;
- 26.13 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- 26.14 Manter todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, até o encerramento dos compromissos pactuados.
- 26.15 A licitante vencedora obriga-se a entregar os objetos a que se refere esta licitação de acordo estritamente com as especificações descritas neste edital, sendo de sua inteira responsabilidade: a reposição do objeto que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações; todos os custos e despesas, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, impostos, materiais, equipamentos, serviços, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros, lucro, entrega dos itens além de quaisquer outros aqui não elencados e se comprometendo a atender todas as características deste edital e seus anexos inclusive quanto à qualidade, quantidade e prazos.
- 26.16 Atender prontamente a quaisquer exigências da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou por servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo, inerentes ao objeto da presente. Atender com presteza as solicitações da unidade que se relacione com o objeto deste Projeto Básico.
- 26.17 Comunicar SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou por servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo; os motivos que impossibilitem o cumprimento do objeto. Dar ciência imediata à autoridade competente das anormalidades ocorridas durante a execução dos serviços;
- 26.18 Elaborar, quando solicitado, planilhas, relatórios e gráficos diversos, referentes aos serviços executados. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.
- 26.19 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei;
- 26.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 26.21 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato;
- 26.22 Responsabilizar-se pela indenização de quaisquer danos causados ao Município e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou



imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência da presente contratação, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

- 26.23 A Contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificações exigidas na licitação.
- 26.24 De acordo com a Resolução nº 425/98 CONFEA, a Contratada deverá apresentar a competente Anotação de Responsabilidade Técnica ART, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da assinatura do Contrato.
- 26.25 A Contratada assumirá integral responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, de acordo com o Projeto Básico e seus Anexos, bem como pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos ou decorrentes do não atendimento dos serviços previstos, inclusive quanto a terceiros.
- 26.26 Acatar as orientações do Gestor do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PMC, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.
- 26.27 Prestar esclarecimento à PMC sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- 26.28 Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura, pela PMC.
- 26.29 A Contratada é obrigada a obedecer às exigências do CREA, bem como às prescrições das normas da ABNT e demais especificações e normas de execução dos serviços que venha a Secretaria de serviços públicos exigir por razões de ordem técnica ou de conveniência à coletividade. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados e uso indevido de patentes e/ou direitos autorais.
- 26.30 A Contratada é obrigada a participar de reuniões, convocadas pela Secretaria de serviços públicos, mantendo-a informada permanentemente sobre o andamento dos serviços e, ainda, apresentar, se for o caso, os relatórios parciais e o final dentro dos prazos estabelecidos.
- 26.31 A Contratada obriga-se a comunicar à Prefeitura, todas as circunstâncias ou ocorrência que, constituindo motivos de força maior, impeçam ou venha a impedir a correta execução dos serviços.
- 26.32 A Contratada é obrigada a zelar pelo patrimônio Municipal, objeto do presente, assumindo responsabilidades pela sua integridade, responsabilizando-se pelos seus agentes ou por terceiros, isentando a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades.



- 26.32 A Contratada é obrigada a recompor, ao término dos serviços, as condições originais, obedecendo aos padrões estabelecidos pela Prefeitura, dos passeios, leitos carroçáveis e demais logradouros públicos danificados em função dos trabalhos executados pela Contratada.
- 26.33 A contratada se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Projeto Básico, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultante da execução do serviço.
- 26.34 A Contratada obriga-se a manter às suas expensas seus funcionários devidamente uniformizados e identificados por crachás com fotografias recentes, obedecendo às normas disciplinares da PMC, sem qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 26.35 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto do Projeto Básico, utilizando-se de empregados treinados, de bom nível educacional e moral, para prestarem serviços com qualidade.
- 26.36 Fornecer aos empregados vale alimentação/refeição, vale transporte, e/ou qualquer outro benefício.
- 26.37 Fazer com que seus empregados cumpram, rigorosamente, todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços.
- 26.38 Substituir imediatamente, com a prévia anuência da CONTRATANTE, qualquer funcionário que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinares da PMC ou no caso de afastamento, falta, impedimento legal ou férias, de maneira que não prejudique o andamento e a boa execução dos serviços, além de assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas-extras, abono, dissídio coletivo, outros adicionais, encargos sociais, referentes a seus empregados.
- 26.39 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Projeto Básico, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- 26.40 Apresentar ao Gestor do Contrato o registro da frequência de funcionários (inclusive no caso de cobertura) no final de cada mês. O referido controle embora sob responsabilidade da contratada, poderá ser solicitado pela PMC a qualquer tempo.
- 26.41 Manter a disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e servidores da PMC.
- 26.42 Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto para admissão quanto ao longo da vigência do Contrato a ser assinado, os exames de saúde preventivos exigidos e apresentar os respectivos comprovantes anualmente e/ou sempre que solicitado pela PMC.
- 26.43 Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.



- 26.44 Responsabilizar pelo deslocamento dos seus empregados, às suas residências, quando ocorrer situações que fogem ao controle deste contrato, providenciando o meio de locomoção adequada, bem como em ocasiões de greve do sistema de transporte coletivo.
- 26.45 Efetuar o pagamento dos salários de seus empregados até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 26.46 Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, de forma periódica, os originais ou cópias dos seguintes documentos:
 - 26.46.1 Cópias dos contracheques e comprovantes de pagamento em conta corrente de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços relativos ao presente contrato, assinados pelos mesmos:
 - 26.46.2 Cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS individualizada aos trabalhadores prestando ou que tenha prestado serviços;
 - 26.46.3 Cópia dos recibos de vales-transportes e alimentação de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços, em caso da contratada fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar cópias dos respectivos comprovantes de créditos disponíveis nos cartões dos referidos funcionários;
 - 26.46..4 Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços;
 - 26.46.5 Cópia do pagamento de férias ou verbas rescisória de todos os empregados estejam, ou estiveram prestando serviço;
 - 26.46.6 Certidões negativas de débitos atualizadas junto ao INSS, FGTS, CND Fazenda Nacional;
 - 26.46.7 Cópia da GFIP e seu comprovante de recolhimento;
 - 26.46.8 Cópia da SEFIP, que deve constar o nome de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços;
 - 26.46.9 Cópia da GPS e seu comprovante de pagamento.
 - 26.46.10 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas todo mês; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 26.47 No ato da contratação deverá ser relacionado o quadro de empregados, e apresentada à PMC

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.



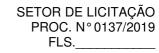
cópia das fichas de registro funcional, para todos os empregados os quais irão atuar nas atividades ora contratadas.

- 26.48 Apresentar ao Gestor do Contrato quadro nominativo de todo contingente de empregados e executores dos serviços destinados a prestar os serviços contratados, acompanhados de cópias da Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Carteira de Registro no CREA (para os profissionais correspondentes), Carteira Nacional de Habilitação e CPF, bem como endereço nº de telefone, devendo ser atualizados em casos de substituições, dando-se igualmente prévio conhecimento das alterações porventura advindas.
- 26.49 A licitante vencedora deverá manter sede, filial ou escritório no local da prestação de serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração Pública, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados. (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n °000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n °0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 26.50 Ficará por conta da contratada o fornecimento de todos os equipamentos e veículos necessários à execução deste contrato, sinalizados com luzes amarelas intermitentes, utilizando-os somente para o deslocamento dos trabalhadores na execução dos serviços de assistência à CONTRATADA.
- 26.51 Caberá à contratada as despesas com seguro, combustível e manutenção dos veículos.
- 26.51.1 Ficará sob sua Responsabilidade todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas a combustíveis, manutenção, acidentes, multas, pedágio, impostos, estacionamento, taxas, licenciamentos, identificação visual dos veículos, e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências.
- 26.51.2 Apresentar os documentos dos veículos disponibilizados para a prestação de serviços, conforme relação fornecida na licitação;
- 26.51.3 Apresentar os veículos, ferramental e equipamentos de EPIs e EPCs para vistoria e validação das informações prestadas na habilitação;
- 26.51.4 Apresentar a comprovação de vínculo empregatício do pessoal disponibilizado para prestação de serviços, conforme relação de pessoal fornecida na licitação;
- 26.51.5 A contratada se responsabilizará por quaisquer danos causados a terceiros ou seus funcionários, seja no decorrer da prestação dos serviços ou em razão de prejuízos advindos de dolo, negligência, imprudência ou imperícia, exclusivamente relativos ao objeto contratado;

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.



- 26.51.6 A contratada deverá manter em perfeito estado de funcionamento a frota veicular que estará disponível para a prestação dos serviços objeto do presente. Os veículos serão vistoriados pela contratante no início da vigência do contrato bem como quando se entender necessário, onde serão verificados todos os itens relevantes como condições de conservação, manutenção, segurança, limpeza, etc;
- 26.51.7 No prazo de até 5 (cinco) dias após a homologação, a licitante vencedora deverá apresentar cópia autenticada dos documentos dos veículos e das habilitações dos motoristas que prestarão os serviços, os quais deverão ser previamente aceitos pela PMC, devendo ser atualizados os dados junto ao CONTRATANTE sempre que houver substituição de veículos ou motoristas. Outrossim, no prazo de até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato deverá a licitante disponibilizar os veículos em caráter permanente para a execução dos serviços.
- 26.51.8 Os veículos que serão utilizados para a prestação dos serviços, deverão estar caracterizados (pintura ou adesivados) como os seguintes dizeres: "A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO".
- 26.51.9 Caso algum imprevisto inviabilize o prosseguimento dos serviços programados com o veículo de trabalho, a Contratada terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para colocar o equipamento em condições de funcionamento. Caso este prazo não possa ser cumprido, a Contratada deverá fornecer, em 48 (quarenta e oito) horas outro caminhão de iguais características, sem ônus para o Município. Casos especiais, que fogem aos prazos indicados, a contratada deverá justificar por escrito à Secretaria Municipal de Serviços Públicos para análise e julgamento.
- 26.51.10 A não substituição do(s) equipamento(s) por período superior a 48 (quarenta e oito) horas, será considerado atraso para execução do Contrato, ficando incluso nas penalidades previstas neste contrato e na Lei 8.666/93;
- 26.51.11 Providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n °000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n °0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 26.51.12 Providenciar senha para que o trabalhador tenha acesso ao Extrato de Informações Previdenciárias; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 26.51.13 Manter número de empregados compatível com a quantidade de serviços a serem prestados; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de





licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)

26.51.14 - Fixar o domicílio bancário dos empregados terceirizados no município no qual serão prestados os serviços; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)

26.51.15 - Somente liberar o saldo da conta vinculada à empresa depois de comprovada a execução completa do contrato e a quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado. (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°00027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)

26.51.16 Na data da assinatura do contrato a credenciada deverá:

- a) Autorizar a abertura de conta vinculada ao contrato de prestação de serviços, nos termos das instruções normativas n. 02 e 03, do Ministério do Planejamento, na qual serão feitas as provisões para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°00027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- b) Autorizar o repasse direto aos trabalhadores da remuneração mensal não paga pela contratada, quando houver retenção de faturas por inadimplência ou não apresentação de certidões pela contratada; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n 9000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n 9037400-22.2009.5.01.0441.)

26.52 - DA CAUÇÃO

26.52.1. A empresa vencedora, após a Homologação devidamente exarada pelo chefe do executivo, como condição para assinatura do contrato administrativo, **DEVERÁ** prestar caução em dinheiro, no





importe de 5% do valor anual atualizado do contrato, a fim de assegurar as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, eventualmente não honradas pela contratada; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)

- 26.52.2. Quanto à caução em dinheiro, a referida ficará retida até o fim do contrato, ou até eventual prorrogação do mesmo.
- 26.52.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e atualizada monetariamente, e desde que o contratado não tenha sido penalizado.
- 26.52.4. A licitante que não prestar a garantia estabelecida em todo este item, sofrerá as sanções administrativas previstas no item 30 deste Projeto Básico.
- 26.52.5. O licitante deverá prestar a caução de 5% do valor do contrato integral em depósito ou transferência bancária diretamente para a conta a ser estabelecida pela Secretaria Municipal de Fazenda, imediatamente após a homologação.
- 26.52.6. Quanto à caução em dinheiro, a referida ficará retida até o fim do contrato, ou até eventual prorrogação, sendo devolvida após a execução contratual, atualizada monetariamente, conforme art. 56, § 4º.

26.53 - DA VISITA TÉCNICA:

- 26.53.1. A vistoria técnica é **FACULTATIVA** e será realizada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, nos dias **14/03/2019** e **15/03/2019**, das 9h às 17h no local onde será realizado serviço, priorizando os bairros mais populosos, mediante prévio agendamento EXCLUSIVAMENTE pelo e-mail: administracao@cordeiro.rj.gov.br;
- 26.53.2 O pedido de agendamento da vistoria técnica deverá ser solicitado impreterivelmente até o dia **15/03/2019**, às 12h 00min, podendo ser substituída por uma declaração de conhecimento das condições locais na obtenção de dados para confecção de sua proposta, também deverá estar declarado expressamente que posteriormente a licitante não terá o direito a qualquer pleito quanto às condições locais onde os serviços serão prestados.
- 26.53.3 O pedido de agendamento por e-mail deverá constar no referido o seguinte:
- Nome da empresa;
- Número do PREGÃO;
- Nome representante legal que irá comparecer na vistoria técnica;
- CNPJ da empresa;
- Telefone de contato (da sede e celular);

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS



- E-mail da empresa
- Além do seguinte:
 - 26.53.3.1 A empresa deverá indicar no pedido o dia e horário que pretende participar da vistoria técnica (desde que sejam nos dias e horários indicados no item 26.53.1), devendo esse pedido ser avaliado pela municipalidade.
 - 26.53.3.2 Após avaliação, deverá a municipalidade confirmar o pedido também via *e-mail*, devendo a empresa acusar o recebimento.
- 26.53.4 As empresas interessadas em participar do certame e que participarão da Vistoria Técnica, deverão estar presentes no referido dia da visita, munidas de Contrato Social apresentando objeto compatível com todos os serviços aqui espraiados; CNPJ; e procuração.
- 26.53.5 Após a vistoria, será fornecida pela Secretaria de Serviços Públicos, a Declaração de Vistoria constante **ANEXO IX** do edital, em duas vias, onde constará que o representante legal da empresa vistoriou e tomou conhecimento do objeto a ser licitado, bem como o grau de dificuldades existentes e esta declaração deverá fazer parte da documentação de credenciamento do licitante.
- 26.53.6 A vistoria será facultativa para fins de habilitação, podendo ser substituída por uma declaração de conhecimento das condições locais (**ANEXO X**).

26.53.7 - DAS DÚVIDAS TÉCNICAS

As empresas interessadas em participar do Certame licitatório para a contratação dos referidos serviços, poderão dirimir suas dúvidas técnicas, relativas a este instrumento, através dos telefones (22) 2551-0145 e (22) 2551-0616 e pedir para falar com a Secretaria de Serviços Públicos (Fabiano Rodrigues Pinto), sendo tais questões encaminhadas e respondidas por técnicos da PMC.

26.54 - EXIGÊNCIA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

26.54.1 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

- a) Deverá a vencedora apresentar a comprovação de, no mínimo, 01 (um) profissional (como responsável técnico), devidamente registrado junto ao CREA ou Conselho Profissional competente, com atribuições pertinentes às atividades objeto do presente processo licitatório, conferidas por estes, sendo a vinculação entre a empresa e o profissional por PELO MENOS 01 (UM) dos instrumentos abaixo:
- I. Contrato particular de trabalho em vigor, devidamente registrado em Cartório ou;
- II. Carteira de Trabalho e Previdência Social ou;
- III. Em caso de o(s) referido(s) Engenheiro(s) se tratar(em) de dirigente(s) ou sócio(s) da empresa licitante, tal comprovação será realizada mediante a apresentação do Contrato Social ou Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo, devidamente atualizado, registrado no órgão competente.



27 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 27.1 O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da contratada, farão parte do Contrato, independentemente de transcrição.
- 27.2 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 27.3 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Cordeiro o direito de revogar a presente licitação por interesse da Administração ou anulá-la por ilegalidade, a qualquer tempo, no todo ou em parte, dando a devida ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 27.4 A Prefeitura Municipal de Cordeiro providenciará, as suas expensas, a publicação no Diário Oficial da Municipalidade do extrato do termo de contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.
- 27.5 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Cordeiro não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 27.6 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 27.7 A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho. Caso haja supressão que exceda o limite estipulado no § 1° do artigo 65 da Lei 8.666/93, a mesma pode ser realizada desde que resultante de acordo entre as partes, conforme disposto no inciso II do § 2° do mesmo artigo.
- 27.8 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão de entrega e abertura dos envelopes será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro em contrário.
- 27.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Ademais, os prazos somente se iniciam ou vencem em dias de expediente no Prédio Administrativo.
- 27.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- 27.11 Será dada vistas aos proponentes interessados das Propostas de Preço e dos Documentos de

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.



Habilitação apresentados.

- 27.12 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada na qual será registrada a ocorrência relevante e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos proponentes presentes.
- 27.13- Após a realização deste Pregão, os autos do respectivo processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Cordeiro, Avenida Presidente Vargas, n°42/54 Centro Cordeiro/RJ.
- 27.14 O esclarecimento de dúvidas e informações sobre o presente edital poderá ser requerido, por escrito, inclusive por fax, através do telefone (22) 2551-0616, ou pelo e-mail: **licitacao@cordeiro.rj.gov.br**, ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordeiro, situada na Avenida Presidente Vargas Centro Cordeiro/RJ CEP: 28.540-000, das 13h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.
- 27.15 As impugnações interpostas deverão ser entregues no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal de Cordeiro, localizado no Térreo do Edifício sede, situado na Avenida Presidente Vargas, nº42/54 Centro Cordeiro/RJ, das 11h30min às 17h30min, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.
- 27.16 Caberá a Assessoria Jurídica emitir parecer, antes da realização da sessão, quando solicitado pelo Pregoeiro, no que refere às impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta emitida pelo Pregoeiro para todos os interessados.
- 27.17 O Pregoeiro aceitará o recebimento de licitantes que enviarem seus envelopes através do Correio, desde que o participante encaminhe o Credenciamento, o envelope de Habilitação e o envelope de Proposta Comercial todos lacrados e encaminhados em uma única correspondência. A Comissão de Licitação não se responsabiliza pela participação de envelopes entregues pelo Correio após o horário marcado para a realização do certame.
- 27.18 O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através do *site* da Prefeitura Municipal de Cordeiro, no endereço www.cordeiro.rj.gov.br
- 27.19 É facultada ao Pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.
- 27.20 A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento, respeitadas as disposições contidas no art. 49 e seus parágrafos da Lei 8.666, de 21.6.93.



- 27.21 Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cordeiro.
- 27.22 Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.
- 27.23 A **Prefeitura Municipal de Cordeiro** e as licitantes do certame elegem o foro do município de Cordeiro para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

27.24 - ACOMPANHAM ESTE EDITAL OS SEGUINTES ANEXOS:

ANEXO N.º

- I. Relação dos Itens do Processo
- II. Termo de Referência Prefeitura Municipal de Cordeiro
- III. Minuta do Contrato Prefeitura Municipal de Cordeiro
- IV. Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menores;
- V. Modelo de Declaração Relativa a Contratação de Servidores Públicos
- VI. Declaração de cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Declaração de Idoneidade;
- VII. Declaração para Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- VIII. Termo de Credenciamento.
- IX. Declaração de Visita Técnica
- X. Declaração de Não Visita Técnica
- 27.25 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do contrato a ser firmado.
- 27.26 Os casos omissos ou situações não explicadas neste Edital e seus anexos serão decididos pela Prefeitura Municipal de Cordeiro, principalmente pelos comandos legais seguintes: Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores à Lei de Licitações;
- 27.27 O Foro da Comarca de Cordeiro será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer questões que possam vir a decorrer do presente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

Cordeiro, 19 de fevereiro de 2019.

FABIANO RODRIGUES PINTO Secretário Municipal de Serviços Públicos



ANEXO I – RELAÇÃO DOS PRODUTOS E PREÇOS ESTIMADOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 137/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 010/2019

	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant. Mensal	R\$ UNIT.	R\$ PARCIAL
1		ADMINIST	RAÇÃO			
01.01	19.004.0046- 2	CAMIONETE TIPO PICK-UP,COM CABINE SIMPLES E CACAMBA,TIPO LEV E,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,6 LITROS,INCL USIVE MOTORISTA	Н	258,00		0,00
01.02	19.004.0046- 4	CAMIONETE TIPO PICK-UP,COM CABINE SIMPLES E CACAMBA,TIPO LEV E,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,6 LITROS,INCL USIVE MOTORISTA	Н	110,00		0,00
01.03	05.105.0121- 0	MAO-DE-OBRA DE APONTADOR,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00		0,00
01.04	01.050.0613- 0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO COORDENADOR,PARA SERV ICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE EN CARGOS SOCIAIS	Н	92,00		0,00





01.05	05.105.0031- 0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	Н	46,00		0,00
			TO	TAL ADMII	NISTRAÇÃO	0,00
_						
2		COLETA REGULAR DE I	<mark>RESIDUO</mark>	S SOLIDOS	I	
02.01	COLETA RSU	COLETA DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANO EM CAMINHÃO COMPACTADOR DE 12M³ COMPREENDENDO M.O. DO COLETOR E MOTORISTA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	Т	480,00		0,00
02.02	05.105.0126- 0	MAO-DE-OBRA(ENCARREGADO DE TURMA),INCLUSIVE ENCARG OS SOCIAIS	MES	1,00		0,00
	TOTAL - COLETA REGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS 0,0					0,00
3		SERVIÇOS DE REMOÇÃO, DESOBS	TRUÇÃO	E LIMPEZA	A DE VIAS	
		Remoção de terra		3,85		0,00
	04.005.0125-0	Transporte		1,55		0,00
		Capina		1,17		0,00
		Roçado		359,62		0,00
		Varredura		245,71		0,00
		Limpeza manual meio fio e sarjeta		293,96		0,00
		Poda		60,88		0,00
		Encarregado		1,00		0,00
	TO'	TAL - SERVIÇOS DE REMOÇÃO, DESO	BSTRUÇ	ÃO E LIMPE	ZA DE VIAS	0,00
					SUBTOTAL	-
				BDI	23,70%	-



SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.

		TOTAL MENSAL -
		TOTAL 12 MESES
DAZÃO COCIAI		
RAZÃO SOCIAL:		
ENDEREÇO:		
CEP:	BAIRRO:	CIDADE/UF:
TELEFONE:		FAX:
E-MAIL:		
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:
VALIDADE DA PRO	DPOSTA:DIAS	
CA	ARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA	DECLARAMOS INTEIRA SUBMISSÃO AOS
		TERMOS DA LEI Nº 8.666/1993
		DATA: / /



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO BÁSICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS E DESTINAÇÃO FINAL E VARRIÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CORDEIRO-RJ

1. INTRODUÇÃO

1.1. Com observância do disposto na Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, e nas demais normas legais e regulamentares.

O presente Projeto Básico objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à cotação de preços praticados no mercado, às especificações técnicas, à estratégia de suprimento e o prazo de execução.

2. DO OBJETO

- **2.1.** Serviços de coleta de resíduos e destinação final e varrição de logradouros públicos no município de Cordeiro-RJ, de acordo com as especificações técnicas constantes abaixo.
- **2.2.** Para a realização dos trabalhos a serem contratados, a Contratada deverá possuir pessoal habilitado tecnicamente e em número suficiente para realizar as tarefas objeto do contrato.

2.2.1.DO CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE TRABALHO

A empresa contratada deverá cumprir o cronograma físico da execução dos serviços, conforme seu programa de trabalho proposto, sob a pena de ser **multada no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato**, em caso de descumprimento, atraso ou reincidência de advertência automática, bem como incorrer nas penalidades previstas na parte final deste Projeto Básico.



2.2.2.DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Os parâmetros para aplicação de multas constituirão na averiguação pelo órgão público gerenciador, através de fotos e certificação do local onde não está sendo cumprido o contrato e/ou discordância com os preceitos legais e ambientais vigentes.

- 2.3. A execução contratual será feita em REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO;
- 2.4. A classificação da Planilha da Proposta de Preços será efetuada em função do VALOR DO MENOR PREÇO GLOBAL.

3. PROJETO BÁSICO – DEFINIÇÕES BÁSICAS

Para efeito deste Projeto Básico, foram adotadas as seguintes definições:

- **3.1. RESÍDUOS DE PODA**: São resíduos resultantes do serviço de podação e corte de árvores, especialmente troncos, aparas, galhadas e assemelhados.
- **3.2. ACONDICIONAMENTO**: É a colocação dos resíduos no interior de recipientes apropriados e estanques, em regulares condições de higiene, visando a sua coleta.
- **3.3. MEIO-FIO OU GUIA**: É a peça de granito ou de concreto pré-moldado destinada a separar a faixa da pavimentação da faixa do passeio, limitando a sarjeta longitudinalmente.
- **3.4. SARJETA OU LINHA D'ÁGUA**: É o canal longitudinal destinado a coletar e conduzir as águas superficiais da faixa pavimentada da via pública à boca de lobo ou demais estruturas de captação.
- 3.5. COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Para efeito do presente objeto de licitação, define-se a coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais de todos e quaisquer resíduos ou detritos regularmente ou esporadicamente depositados nas vias e logradouros públicos, originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais, residenciais e de feiras livres no município, desde que acondicionados em recipientes, com volume de até 150 litros (cento e cinquenta litros).



4. DEFINIÇÃO DA ÁREA

4.1. A área dos serviços abrangidos por este Projeto Básico engloba todo o Município de Cordeiro/RJ, conforme mapa constante no **APENDICE I A ESTE PROJETO BÁSICO (MAPA DO MUNICÍPIO DE CORDEIRO).**

5. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

- **5.1.** Os serviços a serem realizados deverão ser executados em conformidade com a Proposta de Metodologia apresentada pela Licitante vencedora, a qual deverá observar e aplicar todas as especificações e demais elementos técnicos constantes deste Anexo.
- **5.2.** Passados 90 (noventa) dias do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS o seu PLANO DE TRABALHO DEFINITIVO.
- **5.3.** A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS poderá propor a implantação de novas técnicas operacionais, ao longo do Contrato, de forma a assegurar a atualização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços ao Município.
- **5.4.** O objeto licitado compreende a execução dos serviços relacionados a seguir:
- Varrição de logradouros públicos;
- Poda de árvores nos logradouros públicos;
- <u>Limpeza manual de meio fio e sarjetas;</u>
- Coleta e transporte de resíduos sólidos;

6. DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para fins da presente licitação os serviços são assim discriminados:

6.1. VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS



- **6.1.1.** Consiste na varrição manual, feita por funcionário da contratada, denominado varredor, que com ferramentas necessárias deverá remover o lixo público das sarjetas, meio fio, a ser armazenado em carrinhos de varrição de 100 (cem) litros.
- **6.1.2.** São consideradas ferramentas necessárias ao desempenho da função: (01) uma vassoura ou vassourão, uma pá quadrada (metálica ou plástica), uma enxadinha de metal e sacos de lixo para o acondicionamento dos resíduos recolhidos.
- **6.1.3.** O carrinho de varrição destinado à recolha dos resíduos, deverá ter a capacidade mínima de 100 litros, fundido em plástico de alta densidade, dotado de rodas que permitam seu deslocamento pelo trecho, devendo estar devidamente identificado com o logotipo da Prefeitura Municipal de CORDEIRO.
- **6.1.4.** Caso ocorra algum problema com os carrinhos durante a operação, a Contratada deverá realizar a manutenção e ou troca por um carrinho de varrição em condições de uso.
- **6.1.5.** A varrição deverá ser feita por trechos devidamente identificados e aprovados pela Municipalidade de forma a permitir a fiscalização da execução dos serviços.
- **6.1.6.** No caso de qualquer fator que eventualmente venha a impedir a varrição do trecho, a Contratada deverá imediatamente comunicar a Prefeitura.
- **6.1.7.** Será de responsabilidade da Contratada a higienização das papeleiras constantes no trecho de varrição.
- **6.1.8.** A Contratada deverá informar seus varredores de que não deverão fazer recolhas de resíduos de residências ou estabelecimentos comerciais
- **6.1.9.** Os resíduos dos carrinhos deverão ser disponibilizados para a recolha em vias de fácil acesso e visualização do caminhão.
- **6.1.10.** Na varrição de praças e logradouros públicos, está inclusa a varrição dos passeios, a remoção de folhas.



6.1.11. Os trechos de varrição estão definidos conforme relação abaixo, devendo a Contratada, no prazo de 90 dias a contar da primeira ordem de serviço, apresentar plano completo de setorização da varrição, a grade de atendimento de cada setor, mantendo o mapa específico, sem prejuízo a realização das varrições a partir do Início da ordem de serviço.

RELAÇÃO DE RUAS

ITEM	RUAS	EXT. (Metros)
1.1	MANOEL DOMINGOS GALHARDO	1240
1.2	RUA A	111
1.3	RUA B	270
1.4	RUA C	334
1.5	RUA JOSÉ WALBER	339
1.6	RUA PEDRO G RODRIGUES	229
1.7	RUA AVELINO RIBEIRO	189
1.8	RUA IDO BRAVO ALMADA	559
1.9	RUA TRINTA	93
1.10	RUA VINTE E OITO	77
1.11	RUA ANDRÉ GERK	463
1.12	RUA CEL. JOSÉ OLIMPÍO DE CARVALHO	2043
1.13	RUA ALTAIR ARRUDA NEVES	1021
1.14	RUA ANTÔNIO SALOMÃO	109
1.15	RUA ERNESTO F. AGOSTINHO	528
1.16	RUA MANOEL VIDAL	103



1.18 RUA JOÃO P. SOBRINHO 115 1.19 RUA SILVANO FEIJÓ 133 1.20 RUA LUÍS G. V. BRAGA 151 1.21 RUA EVARISTO REGASSI 268 1.22 RUA IBRAIN RODA 178 1.23 RUA MOACIR PINTO COELHO 259 1.24 RUA CALIL MUSSI 429 1.25 ADILIA RIBEIRO 417 1.26 OTILIO MAZZO 134 1.27 ILDA ARRUDA 157 1.28 PAULO PEIXOTO 127 1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224 1.39 DR. SOUZA MENDES 269	1.17	RUA VINTE E DOIS	101
1.20 RUA LUÍS G. V. BRAGA 151 1.21 RUA EVARISTO REGASSI 268 1.22 RUA IBRAIN RODA 178 1.23 RUA MOACIR PINTO COELHO 259 1.24 RUA CALIL MUSSI 429 1.25 ADILIA RIBEIRO 417 1.26 OTILIO MAZZO 134 1.27 ILDA ARRUDA 157 1.28 PAULO PEIXOTO 127 1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.18	RUA JOÃO P. SOBRINHO	115
1.21 RUA EVARISTO REGASSI 268 1.22 RUA IBRAIN RODA 178 1.23 RUA MOACIR PINTO COELHO 259 1.24 RUA CALIL MUSSI 429 1.25 ADILIA RIBEIRO 417 1.26 OTILIO MAZZO 134 1.27 ILDA ARRUDA 157 1.28 PAULO PEIXOTO 127 1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.19	RUA SILVANO FEIJÓ	133
1.22 RUA IBRAIN RODA 178 1.23 RUA MOACIR PINTO COELHO 259 1.24 RUA CALIL MUSSI 429 1.25 ADILIA RIBEIRO 417 1.26 OTILIO MAZZO 134 1.27 ILDA ARRUDA 157 1.28 PAULO PEIXOTO 127 1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.20	RUA LUÍS G. V. BRAGA	151
1.23 RUA MOACIR PINTO COELHO 259 1.24 RUA CALIL MUSSI 429 1.25 ADILIA RIBEIRO 417 1.26 OTILIO MAZZO 134 1.27 ILDA ARRUDA 157 1.28 PAULO PEIXOTO 127 1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.21	RUA EVARISTO REGASSI	268
1.24 RUA CALIL MUSSI 429 1.25 ADILIA RIBEIRO 417 1.26 OTILIO MAZZO 134 1.27 ILDA ARRUDA 157 1.28 PAULO PEIXOTO 127 1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.22	RUA IBRAIN RODA	178
1.25 ADILIA RIBEIRO 417 1.26 OTILIO MAZZO 134 1.27 ILDA ARRUDA 157 1.28 PAULO PEIXOTO 127 1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.23	RUA MOACIR PINTO COELHO	259
1.26 OTILIO MAZZO 134 1.27 ILDA ARRUDA 157 1.28 PAULO PEIXOTO 127 1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.24	RUA CALIL MUSSI	429
1.27 ILDA ARRUDA 157 1.28 PAULO PEIXOTO 127 1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.25	ADILIA RIBEIRO	417
1.28 PAULO PEIXOTO 127 1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.26	OTILIO MAZZO	134
1.29 ANTÔNIO PIRAZZO 282 1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.27	ILDA ARRUDA	157
1.30 ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO 475 1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.28	PAULO PEIXOTO	127
1.31 ALTA ROCHA 223 1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.29	ANTÔNIO PIRAZZO	282
1.32 JONAS GONÇALVES RIBEIRO 498 1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.30	ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO	475
1.33 C 493 1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.31	ALTA ROCHA	223
1.34 D 507 1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.32	JONAS GONÇALVES RIBEIRO	498
1.35 JOÃO DE FREITAS FARINHA 273 1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.33	С	493
1.36 JOÃO MACEDO 182 1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.34	D	507
1.37 FRANCISCO V BARROS 196 1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.35	JOÃO DE FREITAS FARINHA	273
1.38 EUGÊNIO COSTA 224	1.36	JOÃO MACEDO	182
	1.37	FRANCISCO V BARROS	196
1.39 DR. SOUZA MENDES 269	1.38	EUGÊNIO COSTA	224
	1.39	DR. SOUZA MENDES	269



1.41 MERY S.A. MEDEIROS 265 1.42 JACINTO ROSA PINHEIRO 292 1.43 ALFREDO MANSUR 124 1.44 TRAVESSA RODRIGUES J. TIBÉRIO 149 1.45 PEDRO LARINDO 93 1.46 ANA B DE CARVALHO 178 1.47 MANOEL COELHO 459 1.48 JOAQUIM DE SOUZA COELHO 476 1.49 BENJAMIN CONSTANT 1270 1.50 PEDRO LAURINDO 70 1.51 MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO 277 1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227 1.62 MANOEL MUSSI 262	1.40	JOSÉ GONÇALVES	247
1.43 ALFREDO MANSUR 124 1.44 TRAVESSA RODRIGUES J. TIBÉRIO 149 1.45 PEDRO LARINDO 93 1.46 ANA B DE CARVALHO 178 1.47 MANOEL COELHO 459 1.48 JOAQUIM DE SOUZA COELHO 476 1.49 BENJAMIN CONSTANT 1270 1.50 PEDRO LAURINDO 70 1.51 MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO 277 1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.41	MERY S.A. MEDEIROS	265
1.44 TRAVESSA RODRIGUES J. TIBÉRIO 149 1.45 PEDRO LARINDO 93 1.46 ANA B DE CARVALHO 178 1.47 MANOEL COELHO 459 1.48 JOAQUIM DE SOUZA COELHO 476 1.49 BENJAMIN CONSTANT 1270 1.50 PEDRO LAURINDO 70 1.51 MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO 277 1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.42	JACINTO ROSA PINHEIRO	292
1.45 PEDRO LARINDO 93 1.46 ANA B DE CARVALHO 178 1.47 MANOEL COELHO 459 1.48 JOAQUIM DE SOUZA COELHO 476 1.49 BENJAMIN CONSTANT 1270 1.50 PEDRO LAURINDO 70 1.51 MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO 277 1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.43	ALFREDO MANSUR	124
1.46 ANA B DE CARVALHO 178 1.47 MANOEL COELHO 459 1.48 JOAQUIM DE SOUZA COELHO 476 1.49 BENJAMIN CONSTANT 1270 1.50 PEDRO LAURINDO 70 1.51 MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO 277 1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.44	TRAVESSA RODRIGUES J. TIBÉRIO	149
1.47 MANOEL COELHO 459 1.48 JOAQUIM DE SOUZA COELHO 476 1.49 BENJAMIN CONSTANT 1270 1.50 PEDRO LAURINDO 70 1.51 MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO 277 1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.45	PEDRO LARINDO	93
1.48 JOAQUIM DE SOUZA COELHO 476 1.49 BENJAMIN CONSTANT 1270 1.50 PEDRO LAURINDO 70 1.51 MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO 277 1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.46	ANA B DE CARVALHO	178
1.49 BENJAMIN CONSTANT 1270 1.50 PEDRO LAURINDO 70 1.51 MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO 277 1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.47	MANOEL COELHO	459
1.50 PEDRO LAURINDO 70 1.51 MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO 277 1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.48	JOAQUIM DE SOUZA COELHO	476
1.51 MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO 277 1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.49	BENJAMIN CONSTANT	1270
1.52 JOSÉ RIBEIRO 205 1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.50	PEDRO LAURINDO	70
1.53 SEBASTIÃO LIMA 406 1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.51	MARIA AMÉLIA COSTA RIBEIRO	277
1.54 D 117 1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.52	JOSÉ RIBEIRO	205
1.55 F 130 1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.53	SEBASTIÃO LIMA	406
1.56 G 67 1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.54	D	117
1.57 E 37 1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.55	F	130
1.58 JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL 275 1.59 AQUILES FERREIRA DE MORAIS 951 1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.56	G	67
1.59AQUILES FERREIRA DE MORAIS9511.60RUBENS ROSA1001.61EMILIANO DE SOUZA227	1.57	Е	37
1.60 RUBENS ROSA 100 1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.58	JOSÉ TEIXEIRA PORTUGAL	275
1.61 EMILIANO DE SOUZA 227	1.59	AQUILES FERREIRA DE MORAIS	951
	1.60	RUBENS ROSA	100
1.62 MANOEL MUSSI 262	1.61	EMILIANO DE SOUZA	227
	1.62	MANOEL MUSSI	262



1.64 ANTONIO PIRES VELOSO 147 1.65 EDWIN TEODORA 161 1.66 AV. MACUCO 218 1.67 NOSSA SENHORA PIEDADE 119 1.68 QUINZE DE NOVEMBRO 340 1.69 VAN ERVEN 454 1.70 RAUL VEIGA 117 1.71 MANOEL G HENRIQUE 239 1.72 DIVA BOTELHO 97 1.73 BECHARA MUSSI 304 1.74 AV. M. HUMBERTO 278 1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358 1.85 MANOEL CABRAL 211	1.63	WAGNER VIEITAS	488
1.66 AV. MACUCO 218 1.67 NOSSA SENHORA PIEDADE 119 1.68 QUINZE DE NOVEMBRO 340 1.69 VAN ERVEN 454 1.70 RAUL VEIGA 117 1.71 MANOEL G HENRIQUE 239 1.72 DIVA BOTELHO 97 1.73 BECHARA MUSSI 304 1.74 AV. M. HUMBERTO 278 1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.64	ANTONIO PIRES VELOSO	147
1.67 NOSSA SENHORA PIEDADE 119 1.68 QUINZE DE NOVEMBRO 340 1.69 VAN ERVEN 454 1.70 RAUL VEIGA 117 1.71 MANOEL G HENRIQUE 239 1.72 DIVA BOTELHO 97 1.73 BECHARA MUSSI 304 1.74 AV. M. HUMBERTO 278 1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.65	EDWIN TEODORA	161
1.68 QUINZE DE NOVEMBRO 340 1.69 VAN ERVEN 454 1.70 RAUL VEIGA 117 1.71 MANOEL G HENRIQUE 239 1.72 DIVA BOTELHO 97 1.73 BECHARA MUSSI 304 1.74 AV. M. HUMBERTO 278 1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.66	AV. MACUCO	218
1.69 VAN ERVEN 454 1.70 RAUL VEIGA 117 1.71 MANOEL G HENRIQUE 239 1.72 DIVA BOTELHO 97 1.73 BECHARA MUSSI 304 1.74 AV. M. HUMBERTO 278 1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.67	NOSSA SENHORA PIEDADE	119
1.70 RAUL VEIGA 117 1.71 MANOEL G HENRIQUE 239 1.72 DIVA BOTELHO 97 1.73 BECHARA MUSSI 304 1.74 AV. M. HUMBERTO 278 1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.68	QUINZE DE NOVEMBRO	340
1.71 MANOEL G HENRIQUE 239 1.72 DIVA BOTELHO 97 1.73 BECHARA MUSSI 304 1.74 AV. M. HUMBERTO 278 1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.69	VAN ERVEN	454
1.72 DIVA BOTELHO 97 1.73 BECHARA MUSSI 304 1.74 AV. M. HUMBERTO 278 1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.70	RAUL VEIGA	117
1.73 BECHARA MUSSI 304 1.74 AV. M. HUMBERTO 278 1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.71	MANOEL G HENRIQUE	239
1.74 AV. M. HUMBERTO 278 1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.72	DIVA BOTELHO	97
1.75 ESTRADA ANTIGA DE FERRO 541 1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.73	BECHARA MUSSI	304
1.76 AV. PRESIDENTE VARGAS 541 1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.74	AV. M. HUMBERTO	278
1.77 IVAN SALOMAO 109 1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.75	ESTRADA ANTIGA DE FERRO	541
1.78 ANTONIO BARBOSA 201 1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.76	AV. PRESIDENTE VARGAS	541
1.79 DEOLINDO TAVEIRA 109 1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.77	IVAN SALOMAO	109
1.80 CAMILA TEIXEIRA 132 1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.78	ANTONIO BARBOSA	201
1.81 JOÃO FERNANDES 332 1.82 PARQUE RAUL VEIGA 569 1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.79	DEOLINDO TAVEIRA	109
1.82PARQUE RAUL VEIGA5691.83JOAQUIM S. JUNIOR1001.84ABIGAIL GOMES MACEDO358	1.80	CAMILA TEIXEIRA	132
1.83 JOAQUIM S. JUNIOR 100 1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.81	JOÃO FERNANDES	332
1.84 ABIGAIL GOMES MACEDO 358	1.82	PARQUE RAUL VEIGA	569
	1.83	JOAQUIM S. JUNIOR	100
1.85 MANOEL CABRAL 211	1.84	ABIGAIL GOMES MACEDO	358
	1.85	MANOEL CABRAL	211



1.86	MANOEL GUZO	133
1.87	JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	292
1.88	AILTON CÉSAR DOS SANTOS	347
1.89	A	399
1.90	В	436
1.91	E	159
1.92	VALDIR VIEITAS	414
1.93	С	193
1.94	D	153
1.95	MARIA JOSÉ GUIMARÃES	276
1.96	JOSÉ REGAZZI	198
1.97	INÊS LOPES SIQUEIRA	262
1.98	HERACLITO	93
1.99	PETIT CABRAL	714
1.100	GEORGINA G CONSTANTINO	234
1.101	JOÃO GONÇALVES CONSTANTINO	430
1.102	ANTÔNIO SOARES RIBEIRO	669
1.103	ITALO MILANO LOPES	259
1.104	FRANCISCO PIMENTEL DA SILVA	656
1.105	DR ARY DE MORAES	478
1.106	JOSE PASCHOAL NICOLAU	254
1.107	JOÃO MIRANDA	68
1.108	PADRE ANDRE BOAVENTURA	1743



1.109	SEBASTIÃO VIDAL SETE	2890
1.110	ADOASTRO PIRES NEVES	661
1.111	JOSEPHA M MESSER	334
1.112	MADALENA F CASTRO	315
1.113	VITORINO ROCHA E SILVA	458
1.114	ANA PIRES BEZERRA	125
1.115	JOSEFINA A PEREIRA	210
1.116	ANTÔNIO BEZERRA	198
1.117	OSVALDO BOGADO LEITE	235
1.118	EUGÊNIO TAVARES MARTINS	252
1.119	ALCIDES NASSIF	80
1.120	CARLOS GUIMARÃES PAES	189
1.121	ANTONIO RIBEIRO DE MORAES	1167
1.122	ANTÔNIO GOMES FERREIRINHA	381
1.123	NOSSA SENHORA DA PAZ	114
1.124	ANTONIO P. BONAFÉ	140
1.125	Α	411
1.126	С	225
1.127	D	211
1.128	E	141
1.129	F	193
1.130	G	51
1.131	HERACLITO	49



1.132	В	92
1.133	DEJALMA DEDA COUBE	1694
1.134	RJ-160	2927
1.135	NAIR JACINTA	554
1.136	EDUARDO DURÃO	168
1.137	VOVÓ SÔNIA	1065
1.138	A RIBEIRO	100
1.139	PRIMEIRO DE MAIO	578
1.140	A	51
1.141	В	63
1.142	С	100
1.143	D	112
1.144	E	97
1.145	F	68
1.146	G	107
		52.307

7. COLETA DE RESÍDUOS E DESTINAÇÃO FINAL

7.1. RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS: serão recolhidos somente resíduos sólidos do tipo lixo úmido, que deverá ser acondicionado em caminhões compactadores e depositados em local determinado pelo setor competente.

Compreendem-se por resíduos domiciliares de origem úmido: ossos, legumes, cascas de ovos, cascas e restos de frutas, restos de alimentos, restos de verduras, cigarros, fraldas descartáveis, guardanapos



usados, restos de gordura, papel higiênico, folhas sem terra, plantas, pó de café, esponja de aço, filtro de café, entre outros.

8. EQUIPAMENTOS

- 8.1. CAMINHÕES PARA COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS ÚMIDOS: será executada com 02 (dois) veículos com caçamba compactadora equipados com caçamba coletora de resíduos, com sistema de descarga automático, devidamente licenciados pelo Departamento de Trânsito e em perfeitas condições de trabalho.
- 8.2 A contratada deverá apresentar freqüência nos trabalhos a serem executados determinados neste Memorial Descritivo, devendo ser recolhidos todos os resíduos sólidos (lixo úmido e lixo seco) domiciliares e comerciais, desde que devidamente acondicionados, de acordo com o plano básico apresentado e aprovado pelo município, em atendimento a todo o perímetro urbano.
- 8.3 Nos caminhões da contratada deverá constar o número de telefone fixo que tenha atendimento no horário comercial, para reclamações da coleta, tanto da empresa quanto do município, o nome da empresa bem como faixas ou pinturas do tipo "A Serviço do Município de Cordeiro", ou outra que for determinada.

9. EQUIPE DE COLETA

9.1. EQUIPE PARA COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS:

Para a coleta dos Resíduos Sólidos Urbanos e seletivos no período diurno, será necessária a utilização de 03 equipes, contendo 01 motorista e 03 coletores para cada equipe. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação às quantidades e à qualidade dos serviços executados, uso de EPI's, manutenção dos veículos e equipamentos, manutenção das licenças ambientais, entre outros, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas.

10. HORÁRIOS E LOCAIS DA COLETA

10.1 - Os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares serão executados alternadamente (de segunda-feira ao sábado) em toda a cidade.



- 10.2 Na Zona de ocupação intensiva (onde ocorre maior concentração de empreendimentos comerciais), recolhimento deverá ser diário do resíduo de segunda-feira a sábado no horário das 7 horas da manhã.
- 10.3 É atribuição restrita da proponente, apresentar nos locais e no horário de trabalho, os funcionários devidamente equipados e uniformizados.
- 10.4 Os coletores deverão recolher e transportar os recipientes e sacos plásticos, com cuidado e depositá-los no veículo coletor, evitando o derramamento de resíduos nas vias públicas, e se isso ocorrer, o mesmo deverá ser recolhido imediatamente na hora da execução do trabalho.
- 10.5 Constituem-se ferramentas obrigatórias, pás e vassouras, em todos os veículos coletores.
- 10.6 O resíduo sólido domiciliar apresentado nas vias públicas pelos munícipes que estiverem tombados dos recipientes por qualquer motivo, ou que caírem durante o processo de coleta, deverão necessariamente ser varridos e recolhidos.
- 10.7 É terminantemente proibido, transferir o conteúdo de um recipiente para outro ou atirá-lo de um coletor para outro, ou de volta ao passeio e a praça de carga do veículo coletor.
- 10.8 No caso dos resíduos serem apresentados em sacos plásticos, a equipe deverá tomar todas as precauções, no sentido de evitar o rompimento dos mesmos, antes de depositá-los na caçamba do veículo. Se houver derrame de resíduos, estes deverão ser varridos e carregados.
- 10.9 A coleta do lixo será executada em todos os dias do ano, exceto aos domingos e feriados Santos. Entende-se como feriados Santos: Sexta-feira Santa, Natal, Ano Novo, finados e outros desta natureza, os feriados de dia do município, Independência do País e outros, e caírem em dias normais de coleta deverá ocorrer o recolhimento.
- 10.10 Não será permitida a coleta de resíduos que estiverem colocados em desacordo com o cronograma de coleta (somente deverá ser coletado o tipo de lixo do dia).

11. INSTALAÇÕES, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO



De modo a atender ao que preconiza o parágrafo 6º, art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93 deverá ser exigido das licitantes a apresentação de relação explicita e declaração formal de disponibilidade relativas às seguintes instalações, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação:

- 11.1. Instalações: Galpão para guarda de materiais e equipamentos;
- 11.2. Equipamentos: 02 Caminhões compactadores c/ capacidade de 12m3;
- 11.3. Pessoal técnico especializado: 01 Engenheiro especializado em engenharia sanitária (por se tratar do Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos); e, 01 Encarregado geral.

12. DO ATENDIMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

- 12.1. O presente Projeto Básico, o Edital, o contrato e todos os demais itens que compõem o presente certame, por se tratar de Serviços de Natureza Contínua, deverão atender às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, que estabeleceu no Acordo realizado entre essa Municipalidade e o MPT o seguinte:
- 12.1.1 os editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, deverão atender ao Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441 e todos os seus ditames.

13. PESSOAL

- 13.1. Só poderão ser mantidos em serviços os empregados atenciosos e educados no tratamento dado ao munícipe, bem como cuidadosos com o bem público.
- 13.2. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS terá direito de exigir dispensa e substituição, a qual deverá se realizar dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço.



- 13.3. Se a dispensa der origem a ação judicial, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, não terá, em nenhum caso, qualquer responsabilidade.
- 13.4. É absolutamente vetada ao pessoal da CONTRATADA, a execução de outras tarefas que não sejam objeto deste Contrato, salvo quando devidamente autorizado pela CONTRATANTE.
- 13.5. Será terminantemente proibido aos empregados da CONTRATADA fazer catação ou triagem de resíduos durante a execução dos serviços.
- 13.6. É proibida a ingestão de bebidas alcoólicas ou drogas, a solicitação de gratificações e donativos de qualquer espécie por parte dos funcionários da CONTRATADA durante a execução dos serviços.
- 13.7. A CONTRATADA deverá fornecer água potável para consumo dos empregados durante suas atividades.
- 13.8. Todos os funcionários deverão apresentar-se devidamente uniformizados e asseados, com vestimenta e calçados adequados, bonés, capas protetoras e demais equipamentos de segurança quando a situação os exigir (conforme Normas do Ministério do Trabalho), além de identificados através de crachás.
- 13.9. A disponibilização e reposição de EPI's e uniformes deverão obedecer a seguinte frequência mínima:

TABELA xxx: Tabela de fornecimento mínimo de fardamentos e EPI's								
Função	Fiscais / Cabos de		Garis / Ajudantes					
	turma	Operadores						
Boné	6 unid. / func. x ano	6 unid. / func. x ano	6 unid. / func. X ano					
Camisa	6 unid. / func. x ano	6 unid. / func. x ano	6 unid. / func. X ano					
Calça	6 unid. / func. x ano	6 unid. / func. x ano	6 unid. / func. X ano					
Coleterefletivo	-	-	2 unid. / func. X ano					
Luva	-	-	12 pares / func. X ano					
Protetor solar	12 unid. / func. x ano	12 unid. / func. x ano	12 unid. / func. X ano					
Calçado	6 pares / func. x ano	6 pares / func. x ano	6 pares / func. X ano					
Capa de chuva	-	-	10 unid. / func. X					
			ano					



- 13.10. Além dos EPI's acima descritos, a CONTRATADA também deverá fornecer aos seus funcionários demais equipamentos de proteção exigidos para cada atividade específica (máscaras e óculos de proteção, aventais, batas, luvas e calçados especiais, etc.).
- 13.11. Caberá à CONTRATADA apresentar, nos locais e no horário de trabalho, os funcionários devidamente uniformizados, providenciando, equipamentos e ferramental suficientes para a plena realização dos serviços.
- 13.12. Em face da necessidade de recursos humanos qualificados para o exercício dos serviços de gerenciamento e operacional nas diversas áreas do trabalho, é de responsabilidade da CONTRATADA garantir a realização de treinamentos que abranjam os seguintes quesitos:
 - Treinamentos operacionais quanto à realização dos serviços;
 - Gerenciamento do sistema de limpeza urbana;
 - Cidadania e meio ambiente;
 - Qualidade no atendimento aos usuários;
 - Importância dos EPI's;
 - Alfabetização de adultos:
 - Outros.
- 13.13 Competirá ainda à CONTRATADA a admissão de superintendentes, gerentes, supervisores, técnicos, encarregados, fiscais de campo, além de toda a mão de obra administrativa e de manutenção necessárias à operacionalização, manutenção e administração dos serviços contratados, correndo por sua conta todos os custos trabalhistas inerentes

14. EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES

- 14.1. A CONTRATADA, na época da execução do serviço, deverá dispor de imóvel localizado no Município de Cordeiro, dotado de garagem para veículos, galpão de manutenção, vestiário de funcionários, almoxarifado de peças e demais salas de administração, de forma a poder garantir a regularidade de todas as atividades inerentes ao correto gerenciamento dos serviços (atividades administrativas, operacionais).
 - 14.1.1. Caso julgue necessário, a CONTRATADA deverá manter pontos de apoio na cidade para



facilitar a operacionalização dos serviços.

- 14.1.2. Não será permitida a permanência de veículos e equipamentos em vias públicas, quando não estiverem em servico.
- 14.1.3. A CONTRATADA deverá manter suas edificações e instalações, correndo por sua conta as despesas necessárias para tanto.

15. DA DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS AOS USUÁRIOS

- 15.1. É de responsabilidade da CONTRATADA a comunicação aos usuários sobre os serviços de coleta domiciliar e seletiva em cada área, informando das frequências e horários da coleta, além de versar sobre a correta forma de acondicionamento e disposição dos resíduos.
- 15.1.1. Os resíduos deverão ser destinados a usina de tratamento de lixo localizada no bairro Manancial. Em se tratando de resíduos oriundos da varrição, deverão ser acondicionados em carrinhos, sacos e/ou caminhões.
- 15.2. A frequência de comunicação deverá ser realizada a cada 12 (doze) meses, sendo a primeira divulgação realizada ainda até 45 (quarenta e cinco) dias após o início dos serviços.
- 15.3. Independente da frequência acima estipulada, sempre que houver qualquer alteração no Plano de Trabalho, e mediante solicitação SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, a CONTRATADA deverá comunicar aos usuários sobre tais alterações.
- 15.4. Qualquer forma de divulgação só poderá ser realizada pela CONTRATADA após aprovação por parte da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

16. DO VALOR ESTIMADO

16.1. O valor global estimado para a contratação de 12 (doze) meses é de **R\$ 5.605.354,44 (cinco milhões, seiscentos e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)**, conforme os valores constantes nas Planilhas Orçamentárias e de Memória de Cálculo/Composições de Custos **APÊNDICES II** deste Projeto Básico.



- 16.2. O valor global estimado foi elaborado com base nas seguintes fontes de consulta:
- 16.2.1. Tabela EMOP;
- 16.2.2. <u>Lei Federal nº 4.950-A/1966;</u>
- 16.2.3. <u>Tabela SINAP.</u>

SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS

						lo = 09/2018		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Unid.	R\$ Unit.	Quant. Mensal	R\$ Parcial		
1		administração				54.031,62		
01.01	19.004.0046-2	CAMIONETE TIPO PICK-UP,COM CABINE SIMPLES E CACAMBA,TIPO LEV E,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,6 LITROS,INCL USIVE MOTORISTA	н	73,01	258,00	18,836,58		
01.02	19.004.0046-4	CAMIONETE TIPO PICK-UP,COM CABINE SIMPLES E CACAMBA,TIPO LEV E,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,6 LITROS,INCL USIVE MOTORISTA	н	25,97	110,00	2.856,70		
01.03	05.105.0121-0	MAO-DE-OBRA DE APONTADOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4.160,64	2,00	8,321,28		
01.04	01.050.0613-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO COORDENADOR,PARA SERV ICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE EN CARGOS SOCIAIS	Н	220,34	92,00	20.271,28		
01.05	05.105.0031-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	Н	81,43	46,00	3.745,78		



2		Coleta Regular de Resíduos Sólidos			ľ	114.861,44
02.01	COLETA RSU	COLETA DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANO EM CAMINHÃO COMPACTADOR DE 12M ³ COMPREENDENDO M.O. DO COLETOR E MOTORISTA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	Т	229,16	480,00	109.996,80
02.02	05.105.0126-0	MAO-DE-OBRA(ENCARREGADO DE TURMA),INCLUSIVE ENCARG OS SOCIAIS	MES	4.864,64	1,00	4.864,64
3		Serviços de Remoção, Desobstrução e Limpeza de Vias				208.724,46
				0,00		0,00
		Remoção de terra		998,40	3,85	3.843,84
				0,00		0,00
	04.005.0125-0	Transporte		14.976,00	1,55	23.212,80
		Capina		11.401,00	1,17	13.339,17
		Roçado		11,82	359,62	4.250,05
		Varredura		562,43	245,71	138.195,17
				0,00		0,00
		Limpeza manual meio fio e sarjeta		57,01	293,96	16.757,19
				0,00		0,00
		Poda		70,00	60,88	4.261,60
		Encarregado		4.864,64	1,00	4.864,64
						0,00
			Mês	-		
SUBTO TAL						377.617,52
	 		-			
BDI	23,70%					89.495,35
TOTAL	GERAL					467.112,87

17. DA PARTICIPAÇÃO

17.1. Poderão participar do certame, no dia, hora e local estabelecidos no futuro edital, todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, que estejam regularmente autorizadas a funcionar pelos órgãos que fiscalizam o seu funcionamento e que atendam a todas às exigências legais, inclusive no que se refere às normas de segurança e que satisfaçam a todas as demais condições estabelecidas neste instrumento.



17.2. Não será admitida a participação, no presente Pregão, de empresas licitantes reunidas em consórcio.

18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 18.1. Deverá a licitante apresentar dentro do envelope habilitação cópia autenticada ou cópia com original de ao menos 01 (um) dos seguintes documentos:
- Contrato: ou
- Atestado; ou
- Declaração; ou
- Qualquer outro documento idôneo que comprove que a licitante possui experiência mínima de 3 anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, compatíveis com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Todo este item é em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)

- 18.2. A empresa deverá apresentar também dentro do envelope habilitação, com prazo de validade em dia, na abertura do envelope de habilitação.:
- 18.2.1. Certidão ou Registro de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou Conselho Profissional competente;
- 18.2.2. Certidão ou Registro de inscrição de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou Conselho Profissional competente;
- 18.2.3. Apresentar o licitante a Comprovação de ao menos 1(um) profissional, devidamente registrado junto ao CREA ou Conselho Profissional competente, com atribuições pertinentes às atividades objeto



(Serviços de coleta de resíduos sólidos em locais públicos e varrição de logradouros públicos) do presente processo licitatório, conferidas por estes, exclusivamente às parcelas de maior relevância, sendo que a vinculação entre a empresa e o profissional deverá ser por PELO MENOS 01 (UM) dos instrumentos abaixo:

- a) Contrato particular de trabalho em vigor, devidamente registrado em Cartório **ou**;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social **ou**;
- c) Em caso de o(s) referido(s) Engenheiro(s) se tratar(em) de dirigente(s) ou sócio(s) da empresa licitante, tal comprovação será realizada mediante a apresentação do Contrato Social ou Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo, devidamente atualizado, registrado no órgão competente.
- d) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura da licitação; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- e) Licenciamento ambiental da atividade desenvolvida pela empresa participante em vigência na data da abertura dos envelopes.

19. DA VISITA TÉCNICA:

- 19.1. A vistoria técnica é facultativa e será realizada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, nos dias xxxxxx de xxxxx de 2018, das 9h às 17h no local onde será realizado serviço, priorizando os bairros mais populosos, mediante prévio agendamento EXCLUSIVAMENTE pelo e-mail: administracao@cordeiro.rj.gov.br;
- 19.2. O pedido de agendamento da vistoria técnica deverá ser solicitado impreterivelmente até o dia **xx de xxxxxxxxxx 2018**, às 12h 00min, podendo ser substituída por uma declaração de



conhecimento das condições locais na obtenção de dados para confecção de sua proposta, também deverá estar declarado expressamente que posteriormente a licitante não terá o direito a qualquer pleito quanto às condições locais onde os serviços serão prestados.

19.3. O pedido de agendamento por e-mail deverá constar no referido o seguinte:

- Nome da empresa;
- Número do PREGÃO;
- Nome representante legal que irá comparecer na vistoria técnica;
- CNPJ da empresa;
- Telefone de contato (da sede e celular);
- E-mail da empresa
- Além do seguinte:
- 19.3.1. A empresa deverá indicar no pedido o dia e horário que pretende participar da vistoria técnica devendo esse pedido ser avaliado pela municipalidade.
- 19.3.2. Após avaliação, deverá a municipalidade confirmar o pedido também via *e-mail*, devendo a empresa acusar o recebimento.
- 19.4. As empresas interessadas em participar do certame e que participarão da Vistoria Técnica, deverão estar presentes no referido dia da visita, munidas de Contrato Social apresentando objeto compatível com todos os serviços aqui espraiados; CNPJ; e procuração.
- 19.5. Após a vistoria, será fornecida pela Secretaria de Serviços Públicos, a Declaração de Vistoria constante anexo ao futuro edital, em duas vias, onde constará que o representante legal da empresa vistoriou e tomou conhecimento do objeto a ser licitado, bem como o grau de dificuldades existentes e esta declaração deverá fazer parte da documentação de credenciamento do licitante.



19.6. A vistoria será facultativa para fins de habilitação, podendo ser substituída por uma declaração de conhecimento das condições locais, conforme previsto em futuro edital.

20. DAS DÚVIDAS TÉCNICAS

As empresas interessadas em participar do Certame licitatório para a contratação dos referidos serviços, poderão dirimir suas dúvidas técnicas, relativas a este instrumento, através dos telefones (22) 2551-0145 e (22) 2551-0616 e pedir para falar com a Secretaria de Serviços Públicos (Fabiano Rodrigues Pinto), sendo tais questões encaminhadas e respondidas por técnicos da PMC.

21. DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 21.1. O prazo para execução dos serviços será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, por meio de termo aditivo, desde que os preços e condições para a continuidade dos serviços sejam vantajosos para Administração e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeira do contrato.
 - 21.2. A vigência do contrato terá início a partir da expedição da Ordem de Início dos Serviços.
 - 21.3. A execução do contrato deverá ser iniciada no prazo máximo de 3 (três) dias, a partir do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.
- 21.4. A conclusão provisória se fará mensalmente, mediante a expedição, pelo Fiscal do Contrato, de um Atestado de Execução do Contrato, e a conclusão definitiva se dará quando do encerramento do seu prazo de vigência, mediante a expedição de um Termo de Aceite, a ser assinado pelas partes.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. Atender prontamente a quaisquer exigências da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou por servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo, inerentes ao objeto da presente. Atender com presteza as solicitações da unidade que se relacione com o objeto deste Projeto Básico.



- 22.2. Comunicar SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou por servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo; os motivos que impossibilitem o cumprimento do objeto. Dar ciência imediata à autoridade competente das anormalidades ocorridas durante a execução dos serviços;
- 22.3. Elaborar, quando solicitado, planilhas, relatórios e gráficos diversos, referentes aos serviços executados. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.
- 22.4. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei;
- 22.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 22.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato;
- 22.7. Responsabilizar-se pela indenização de quaisquer danos causados ao Município e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência da presente contratação, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- 22.8. A Contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificações exigidas na licitação.



- 22.9. De acordo com a Resolução nº 425/98 CONFEA, a Contratada deverá apresentar a competente Anotação de Responsabilidade Técnica ART, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da assinatura do Contrato.
- 22.10. A Contratada assumirá integral responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, de acordo com o Projeto Básico e seus Anexos, bem como pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos ou decorrentes do não atendimento dos serviços previstos, inclusive quanto a terceiros.
- 22.11. Acatar as orientações do Gestor do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PMC, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.
- 22.12. Prestar esclarecimento à PMC sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- 22.13. Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura, pela PMC.
- 22.14. A Contratada é obrigada a obedecer às exigências do CREA, bem como às prescrições das normas da ABNT e demais especificações e normas de execução dos serviços que venha a Secretaria de serviços públicos exigir por razões de ordem técnica ou de conveniência à coletividade. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados e uso indevido de patentes e/ou direitos autorais.
- 22.15. A Contratada é obrigada a participar de reuniões, convocadas pela Secretaria de serviços públicos, mantendo-a informada permanentemente sobre o andamento dos serviços e, ainda, apresentar, se for o caso, os relatórios parciais e o final dentro dos prazos estabelecidos.



- 22.16. A Contratada obriga-se a comunicar à Prefeitura, todas as circunstâncias ou ocorrência que, constituindo motivos de força maior, impeçam ou venha a impedir a correta execução dos serviços.
- 22.17. A Contratada é obrigada a zelar pelo patrimônio Municipal, objeto do presente, assumindo responsabilidades pela sua integridade, responsabilizando-se pelos seus agentes ou por terceiros, isentando a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades.
- 22.18. A Contratada é obrigada a recompor, ao término dos serviços, as condições originais, obedecendo aos padrões estabelecidos pela Prefeitura, dos passeios, leitos carroçáveis e demais logradouros públicos danificados em função dos trabalhos executados pela Contratada.
- 22.19. A contratada se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Projeto Básico, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultante da execução do serviço.
- 22.20. A Contratada obriga-se a manter às suas expensas seus funcionários devidamente uniformizados e identificados por crachás com fotografias recentes, obedecendo às normas disciplinares da PMC, sem qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 22.21. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto do Projeto Básico, utilizandose de empregados treinados, de bom nível educacional e moral, para prestarem serviços com qualidade.
- 22.22. Fornecer aos empregados vale alimentação/refeição, vale transporte, e/ou qualquer outro benefício.
- 22.23. Fazer com que seus empregados cumpram, rigorosamente, todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços.
- 22.24. Substituir imediatamente, com a prévia anuência da CONTRATANTE, qualquer funcionário que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinares da PMC ou no caso de afastamento, falta, impedimento legal ou férias, de maneira que não prejudique o andamento e a boa



execução dos serviços, além de assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas-extras, abono, dissídio coletivo, outros adicionais, encargos sociais, referentes a seus empregados.

- 22.25. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Projeto Básico, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- 22.26. Apresentar ao Gestor do Contrato o registro da frequência de funcionários (inclusive no caso de cobertura) no final de cada mês. O referido controle embora sob responsabilidade da contratada, poderá ser solicitado pela PMC a qualquer tempo.
- 22.27. Manter a disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e servidores da PMC.
- 22.28. Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto para admissão quanto ao longo da vigência do Contrato a ser assinado, os exames de saúde preventivos exigidos e apresentar os respectivos comprovantes anualmente e/ou sempre que solicitado pela PMC.
- 22.29. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- 22.30. Responsabilizar pelo deslocamento dos seus empregados, às suas residências, quando ocorrer situações que fogem ao controle deste contrato, providenciando o meio de locomoção adequada, bem como em ocasiões de greve do sistema de transporte coletivo.
- 22.31. Efetuar o pagamento dos salários de seus empregados até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 22.32. Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, de forma periódica, os originais ou cópias dos seguintes documentos:
 - 22.32.1. Cópias dos contracheques e comprovantes de pagamento em conta corrente de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços relativos ao presente contrato, assinados pelos mesmos;



- 22.32.2. Cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS individualizada aos trabalhadores prestando ou que tenha prestado serviços;
- 22.32.3. Cópia dos recibos de vales-transportes e alimentação de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços, em caso da contratada fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar cópias dos respectivos comprovantes de créditos disponíveis nos cartões dos referidos funcionários;
- 22.32.4. Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços;
- 22.32.5. Cópia do pagamento de férias ou verbas rescisória de todos os empregados estejam, ou estiveram prestando serviço;
- 22.32.6. Certidões negativas de débitos atualizadas junto ao INSS, FGTS, CND Fazenda Nacional;
- 22.32.7. Cópia da GFIP e seu comprovante de recolhimento;
- 22.32.8. Cópia da SEFIP, que deve constar o nome de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços;
- 22.32.9. Cópia da GPS e seu comprovante de pagamento.
- 22.32.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas todo mês; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 22.33. No ato da contratação deverá ser relacionado o quadro de empregados, e apresentada à PMC cópia das fichas de registro funcional, para todos os empregados os quais irão atuar nas atividades ora contratadas.
- 22.34. Apresentar ao Gestor do Contrato quadro nominativo de todo contingente de empregados e executores dos serviços destinados a prestar os serviços contratados, acompanhados de cópias da Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Carteira de Registro no CREA (para os profissionais



correspondentes), Carteira Nacional de Habilitação e CPF, bem como endereço nº de telefone, devendo ser atualizados em casos de substituições, dando-se igualmente prévio conhecimento das alterações porventura advindas.

- 22.35. A licitante vencedora deverá manter sede, filial ou escritório no local da prestação de serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração Pública, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados. (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 22.36. Ficará por conta da contratada o fornecimento de todos os equipamentos e veículos necessários à execução deste contrato, sinalizados com luzes amarelas intermitentes, utilizando-os somente para o deslocamento dos trabalhadores na execução dos serviços de assistência à CONTRATADA.
- 22.37. Caberá à contratada as despesas com seguro, combustível e manutenção dos veículos.
 - 22.37.1. Ficará sob sua Responsabilidade todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas a combustíveis, manutenção, acidentes, multas, pedágio, impostos, estacionamento, taxas, licenciamentos, identificação visual dos veículos, e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências.
 - 22.37.2. Apresentar os documentos dos veículos disponibilizados para a prestação de serviços, conforme relação fornecida na licitação;
 - 22.37.3. Apresentar os veículos, ferramental e equipamentos de EPIs e EPCs para vistoria e validação das informações prestadas na habilitação;
 - 22.37.4. Apresentar a comprovação de vínculo empregatício do pessoal disponibilizado para prestação de serviços, conforme relação de pessoal fornecida na licitação;



22.37.5. A contratada se responsabilizará por quaisquer danos causados a terceiros ou seus funcionários, seja no decorrer da prestação dos serviços ou em razão de prejuízos advindos de dolo, negligência, imprudência ou imperícia, exclusivamente relativos ao objeto contratado;

22.37.6. A contratada deverá manter em perfeito estado de funcionamento a frota veicular que estará disponível para a prestação dos serviços objeto do presente. Os veículos serão vistoriados pela contratante no início da vigência do contrato bem como quando se entender necessário, onde serão verificados todos os itens relevantes como condições de conservação, manutenção, segurança, limpeza, etc;

22.37.7. No prazo de até 5 (cinco) dias após a homologação, a licitante vencedora deverá apresentar cópia autenticada dos documentos dos veículos e das habilitações dos motoristas que prestarão os serviços, os quais deverão ser previamente aceitos pela PMC, devendo ser atualizados os dados junto ao CONTRATANTE sempre que houver substituição de veículos ou motoristas. Outrossim, no prazo de até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato deverá a licitante disponibilizar os veículos em caráter permanente para a execução dos serviços.

22.37.8. Os veículos que serão utilizados para a prestação dos serviços, deverão estar caracterizados (pintura ou adesivados) como os seguintes dizeres: "A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO".

22.37.9. Caso algum imprevisto inviabilize o prosseguimento dos serviços programados com o veículo de trabalho, a Contratada terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para colocar o equipamento em condições de funcionamento. Caso este prazo não possa ser cumprido, a Contratada deverá fornecer, em 48 (quarenta e oito) horas outro caminhão de iguais características, sem ônus para o Município. Casos especiais, que fogem aos prazos indicados, a contratada deverá justificar por escrito à Secretaria Municipal de Serviços Públicos para análise e julgamento.



- 22.37.10. A não substituição do(s) equipamento(s) por período superior a 48 (quarenta e oito) horas, será considerado atraso para execução do Contrato, ficando incluso nas penalidades previstas neste contrato e na Lei 8.666/93;
- 22.37.11. Providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional nº000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial nº0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 22.37.12. Providenciar senha para que o trabalhador tenha acesso ao Extrato de Informações Previdenciárias; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 22.37.13. Manter número de empregados compatível com a quantidade de serviços a serem prestados; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 22.37.14. Fixar o domicílio bancário dos empregados terceirizados no município no qual serão prestados os serviços; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho,



Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n 000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n 0037400-22.2009.5.01.0441.)

- 22.37.15. Autorizar a abertura de conta vinculada ao contrato de prestação de serviços, nos termos das instruções normativas n. 02 e 03, do Ministério do Planejamento, na qual serão feitas as provisões para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 22.37.16. Autorizar o repasse direto aos trabalhadores da remuneração mensal não paga pela contratada, quando houver retenção de faturas por inadimplência ou não apresentação de certidões pela contratada; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 22.37.17. Somente liberar o saldo da conta vinculada à empresa depois de comprovada a execução completa do contrato e a quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado. (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)

23. EXIGÊNCIA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL



23.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

- 23.1.1. Deverá a vencedora apresentar a comprovação de, no mínimo, 01 (um) profissional (como responsável técnico), devidamente registrado junto ao CREA ou Conselho Profissional competente, com atribuições pertinentes às atividades objeto do presente processo licitatório, conferidas por estes, sendo a vinculação entre a empresa e o profissional por PELO MENOS 01 (UM) dos instrumentos abaixo:
 - 23.1.1.1 Contrato particular de trabalho em vigor, devidamente registrado em Cartório **ou**;
 - 23.1.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social ou;
 - 23.1.1.3 Em caso de o(s) referido(s) Engenheiro(s) se tratar(em) de dirigente(s) ou sócio(s) da empresa licitante, tal comprovação será realizada mediante a apresentação do Contrato Social ou Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo, devidamente atualizado, registrado no órgão competente.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 24.1. Fornecer todas as informações para o bom desempenho dos serviços, assim como, o livre acesso às áreas envolvidas no trabalho:
- 24.2. Realizar o pagamento dos serviços prestados pela Contratada em conformidade com as cláusulas e condições estipuladas no Contrato;
- 24.3. Comunicar a Contratada ou ao representante por ela indicado, toda e qualquer irregularidade constatada no desempenho de suas atividades contratuais, solicitando as providências cabíveis para a regularização do ato ou procedimento, fixando prazo para a sua correção;
- 24.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 24.5. Informar à Contratada a conta bancária destinada a receber os valores arrecadados, pagos nos boletos.

24.6. Caberá ainda à Contratante:



- 24.6.1. Acompanhar, verificar e fiscalizar a execução dos serviços através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.
- 24.6.2. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados.
- 24.6.3. A contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Projeto Básico.
- 24.6.4. Receber, provisória e definitivamente, os serviços nas formas definidas.
- 24.6.5. Convocar a contratada no prazo de 05 (cinco) dias para retirada da Nota de Empenho.
- 24.6.6. Fornecer sempre equipe de servidores para acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços a serem prestados e auxiliar no mapeamento de ruas e logradouros públicos onde deverão ser executados os serviços.
- 24.6.7. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços.
- 24.6.8. Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução da prestação dos serviços.
- 24.6.9. Supervisionar a execução da prestação dos serviços, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativo e qualitativo.
- 24.6.10. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Projeto Básico.
- 24.6.11. Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA.
- 24.6.12. Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- 24.6.13. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados.
- 24.6.14. Aprovar ou reprovar os serviços apresentados pela empresa CONTRATADA.
- 24.6.15. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 24.6.16. Solicitar a substituição dos funcionários da empresa CONTRATADA que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho.



24.6.17. Efetuar quando julgar necessário, inspeção nos veículos colocados à sua disposição, bem como ao material empregado na execução, com a finalidade de verificar as condições de conservação, segurança, qualidade, manutenção e limpeza.

24.6.18. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o Contrato a ser celebrado.

25. DA FISCALIZAÇÃO

- 25.1. Nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados serão os servidores Fabiano Rodrigues Pinto Matrícula 093181171 e Luciano Lopes de Carvalho Matrícula 050181157 devendo a Secretaria Municipal de Serviços Públicos fazer constar, impreterivelmente, na redação da ordem de início da execução, mais 01 (um) servidor para composição da fiscalização do contrato;
- 25.2. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 25.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.
- 25.4. A contratante deverá fiscalizar, através do Fiscal do Contrato, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes e comunicar, por escrito diretamente à contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com os empregados desta, a fim de que sejam tomadas as devidas providências.



- 25.5. Todos os serviços executados na varrição dos logradouros públicos serão sujeitos à fiscalização e a Contratada é obrigada a permitir o acesso às dependências onde se desenvolvem os serviços do presente contrato. A Prefeitura manterá, para a fiscalização dos serviços contratados, engenheiros e técnicos, credenciados junto à Contratada, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer orientação geral, controle e fiscalização dos serviços. Após a comunicação da execução e do término dos serviços, os mesmos serão conferidos para aceitação, podendo o Município rejeitá-los no todo ou em parte em função das inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para o Município.
- 25.6. A contratante, por meio de sua fiscalização, adotará as seguintes medidas, conforme o caso:
- 25.6.1. Aplicação de sanções administrativas, previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, no que pertine às obrigações trabalhistas e previdenciárias, pela empresa prestadora de serviços da contratada;
- 25.6.2. Inserção da empresa descumpridora da legislação trabalhista no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
- 25.6.3. Pagamento de direito das verbas trabalhistas aos empregados e liberação direta aos trabalhadores dos valores depositados nas contas vinculadas, nas seguintes hipóteses:
- 25.6.3.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13o.s salários, dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- 25.6.3.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao ½ de férias, previsto na Constituição, quando dos gozos de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13o.s salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato; (Todo o item 14.4.6 é exigido em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.).



26. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 26.1. Prestados os Serviços, o seu recebimento será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:
 - 26.1.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
 - 26.1.1.1. Provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias após a atestação pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou por servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo, referentes aos serviços executados. Será procedida a conferência de sua conformidade com as especificações do Projeto Básico, Edital, da proposta, da nota de empenho e do Contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
 - 26.1.1.2. Efetuada a prestação dos serviços, o mesmo será recebido, definitivamente, pelo responsável, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, para verificação da conformidade dos serviços realizados com as especificações da solicitação.
- 26.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato, e notificará para correção e apresentação de justificativa.
- 26.3. A reiteração ou defeito no fornecimento do serviço, sem justificativa admitida pela contratante, ensejará aplicação das sanções mais gravosas, conforme previsto no presente PREGÃO, podendo estas ser aplicadas cumulativamente.
- 26.4. O aceite/aprovação do serviço pelo setor responsável não exclui a responsabilidade civil do licitante por vício de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas na RELAÇÃO DE ITENS DO PROCESSO.
- 26.5. A Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA, no momento da conclusão da execução dos serviços, deverá vir acompanhada de todos os relatórios aqui previstos e solicitados pela Prefeitura/Secretaria Municipal de Fazenda.



- 26.6. O servidor responsável pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo se reserva o direito de solicitar novos relatórios para conferência, de acordo com a necessidade.
- 26.7. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade da execução dos serviços pelo prazo estabelecido, e estará obrigada a substituir ou refazer aquele que apresentarem falhas.

27. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 27.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do fornecedor, por ordem bancária em prazo não superior a 30 (trinta) dias da emissão da Fatura ou Nota Fiscal. Sob nenhuma hipótese será acatada cobrança através de Boleto Bancário.
- 27.2. O pagamento de cada fornecimento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Cordeiro em prazo não superior ao 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.
- 27.3. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Prefeitura Municipal de Cordeiro, o devido será acrescido de 1% (um por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.
- 27.4. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal de Fazenda, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretario Municipal do órgão requisitante da Prefeitura Municipal de Cordeiro.
- 27.5. Caso a Prefeitura Municipal de Cordeiro efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.



- 27.6. A contratada deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.
- 27.7. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome e endereço do órgão contratante Município de Cordeiro, com o seguinte endereço: Av. Presidente Vargas, 42-54, Centro Cordeiro, CEP: 28.540-000 CNPJ: 28.614.865/0001-67.
- 27.8. Havendo identificação na Nota Fiscal ou Fatura de cobrança indevida, o fato será informado à contratada e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal dos produtos devidamente corrigida, sendo atestada pelo responsável designado pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Cordeiro.
- 27.9. A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal dos produtos/serviços, por parte da Prefeitura Municipal de Cordeiro, deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.
- 27.10. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual, inclusive.

28. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

- 28.1. O fornecedor classificado poderá ter o seu contrato cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.
- 28.2. O cancelamento do seu contrato poderá ser:
- 28.2.1. A pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;
 - 28.2.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Cordeiro:
 - 28.2.3. Quando o fornecedor contratado:
 - 28.2.3.1. Não aceitar diminuir o preço contratado, na hipótese de este se tornar inferior àqueles praticados no mercado;



- 28.2.3.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 28.2.3.3. Descumprir as obrigações decorrentes do contrato;
- 28.2.3.4. Deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Cordeiro, sem justificativa aceitável;
- 28.2.4. Por razões de interesse públicos, devidamente motivados e justificados.

29. DA REVOGAÇÃO DO CONTRATO

- 29.1. O contrato poderá ser revogado pela Administração:
 - 29.1.1. Automaticamente:
 - 29.1.1.1. Por decurso de prazo de vigência;
 - 29.1.1.2. Quando não restarem prestadores de serviço.
 - 29.1.2. Pela Prefeitura Municipal de Cordeiro, quando caracterizado o interesse público.

30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 30.1. O proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, não assinar o contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do termo contratual, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, não prestar a caução do item 32, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 30.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da PMC, e no caso de suspensão de licitar, o proponente deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste projeto básico e futuro edital, no contrato e das demais cominações legais.
- 30.3. O não cumprimento dos prazos dos eventos contratados ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do fornecimento.



- 30.4. A aplicação da multa estabelecida no subitem anterior não impede que a Prefeitura Municipal de Cordeiro rescinda unilateralmente o fornecimento e/ou aplique as sanções previstas no subitem 30.5, sem prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.
- 30.5. No caso de inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de Cordeiro, poderá, garantida a prévia defesa, rescindi-la e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:
- 30.5.1. Advertência;
- 30.5.2. Multa no percentual de 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- 30.5.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cordeiro, por um período não superior a 05 (cinco) anos; e
- 30.5.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no disposto na alínea anterior.
- 30.6. As sanções previstas nos itens 30.5.1, 30.5.3 e 30.5.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista no item 30.5.2.
- 30.7. As sanções previstas nos subitens do item 30.5 somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da Prefeitura Municipal de Cordeiro e apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que a contratada for notificada. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dá direito a qualquer contestação.
- 30.8. A sanção estabelecida no subitem 30.5.4 é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Cordeiro, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 05 (cinco) anos de sua aplicação.



- 30.9. As sanções previstas nos subitens 30.5.3 e 30.5.4 poderão também ser aplicadas à contratada ou aos profissionais que, na execução do contrato:
 - 30.9.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 30.9.2. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar o objetivo da licitação;
- 30.9.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 30.10. A Prefeitura Municipal de Cordeiro formalizará comunicado à contratada sobre as advertências e multas aplicáveis, ficando assegurada a esta, a garantia de prévia defesa, a qual deverá ser apresentada a Prefeitura Municipal de Cordeiro, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação.
- 30.11. Será de responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.
- 30.12. Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento do contrato.
- 30.13. A Contratada é obrigada, a reparar, corrigir, renovar ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto contratual em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, inclusive responsabilizando-se pelas despesas decorrentes de mão-de-obra com a substituição;
- 30.14. Os casos eventualmente omissos no presente instrumento convocatório serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93:

31. DO TERMO DE CONTRATO



- 31.1. As obrigações, decorrentes deste Pregão, consubstanciar-se-ão na formalização de Termo de Contrato, conforme minuta de contrato anexo ao futuro edital.
- 31.2. O prazo para a assinatura do contrato será de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da regular convocação do licitante vencedor.
- 31.3. Em não comparecendo o licitante vencedor, decairá o direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, desde que aceitem manter as mesmas condições da proposta vencedora, tudo conforme preceitua o artigo 64 da Lei n.º 8.666/93, com suas respectivas alterações.
- 31.4. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, em conformidade com o Projeto Básico, edital e seus anexos, na forma de apresentação e demais características, da proposta apresentada pela CONTRATADA no procedimento licitatório, podendo ser prorrogado/aditivado em prazo, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública, de acordo com os artigos 57, II e 65 e seguintes todos do diploma legal n°. 8.666/93.
- 31.5. A execução do contrato deverá ser iniciada no prazo máximo de 3 (três) dias, a partir do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.
- 31.6. Havendo questionamento quanto aos serviços prestados pela CONTRATADA que impeça o aceite da finalização dos serviços e entrega da área, a CONTRATADA deverá providenciar medidas saneadoras, para o definitivo aceite.
- 31.7. A PMC reserva-se o direito de não emitir o Termo de Aceite dos serviços e recebimento da área, se estes estiverem sido executados em desacordo com as especificações constantes deste Projeto Básico, Edital e em de seus ANEXOS e de aplicar as sanções cabíveis por descumprimento contratual.



32. DA CAUÇÃO

- 32.1. A empresa vencedora, após a Homologação devidamente exarada pelo chefe do executivo, como condição para assinatura do contrato administrativo, **DEVERÁ** prestar caução em dinheiro, no importe de 5% do valor anual atualizado do contrato, a fim de assegurar as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, eventualmente não honradas pela contratada; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 32.2. Quanto à caução em dinheiro, a referida ficará retida até o fim do contrato, ou até eventual prorrogação do mesmo.
- 32.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e atualizada monetariamente, e desde que o contratado não tenha sido penalizado.
- 32.4. A licitante que não prestar a garantia estabelecida em todo este item, sofrerá as sanções administrativas previstas no item 30 deste Projeto Básico.
- 32.5. O licitante deverá prestar a caução de 5% do valor do contrato integral em depósito ou transferência bancária diretamente para a conta a ser estabelecida pela Secretaria Municipal de Fazenda, imediatamente após a homologação.
- 32.6. Quanto à caução em dinheiro, a referida ficará retida até o fim do contrato, ou até eventual prorrogação, sendo devolvida após a execução contratual, atualizada monetariamente, conforme art. 56, § 4º.

33. DA REVISÃO

33.1. Será assegurado à Contratada o estabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, na



forma do art. 65, § 5º e § 6º da Lei Federal nº 8.666/93, a partir da data da assinatura do contrato.

34. DA RESCISÃO

- 34.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 34.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no artigo 79, I, da Lei Federal nº 8.666/93, à Contratada serão assegurados os direitos previstos no artigo 80, I a IV, § 1º a 4º, da Lei citada.

Cordeiro, 11 de fevereiro de 2019.

FABIANO RODRIGUES PINTO

Secretário Municipal de Serviços Públicos



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Exigências Legais para o Gerenciamento de Resíduos Sólidos - Lei 12.305/2010

Implementar a destinação final adequada dos resíduos sólidos: reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação, aproveitamento energético e disposição final.



Obrigação legal de implantação de sistema de reciclagem com coleta seletiva de resíduos segregados previamente.

Implementar a disposição final ambientalmente adequada exclusivamente de rejeitos até agosto 2014 – ATERROS SANITÁROS

Tabela para auxíliar a tomada de decisão quanto ao dimensionamento de frota de coleta de Resíduos Sólidos e opção por tipo de veículo

Caminhão Caçamba/Basculante	Caminhão Compactador
Possibilita coleta de resíduos rejeitos e recicláveis	Coleta resíduos rejeitos
Menor custo de manutenção	Maior custo de manutenção
Maior facilidade de peças de reposição	Dificuldade de peças de reposição
Facilidade de higienização	Dificuldade de higienização
Menor gasto de combustível por Km rodado	Maior gasto de combustível por Km rodado
Menor capacidade de coleta em volume de resíduos	Maior capacidade de coleta em volume de resíduos rejeito



ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA - MEMÓRIA DE CÁLCULO

01.01	19.004.0046-2	CAMIONETE TIPO PICK-UP, COM CABINE SIMPLES E CACAMBA, TIPO LEV E, MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,6 LITROS, INCL USIVE MOTORISTA	Н	
		Veiculo de apoio a execução dos serviços		
		CUSTO PRODUTIVO = 44 H/semana x 4,25 Semana/mês x 70% Produtivo	130,9	Н
01.02	19.004.0046-4	CAMIONETE TIPO PICK-UP,COM CABINE SIMPLES E CACAMBA,TIPO LEV E,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,6 LITROS,INCL USIVE MOTORISTA	Н	
		Veiculo de apoio a execução dos serviços		
		CUSTO PRODUTIVO = 44 H/semana x 4,25 Semana/mês x 70% Produtivo	56,1	Н
01.03	05.105.0121-0	MAO-DE-OBRA DE APONTADOR,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	
		Serviços de apontamento dos serviços e M.O. em campo	1	MES
01.04	01.050.0613-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO COORDENADOR,PARA SERV ICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE EN CARGOS SOCIAIS	Н	
		01 profissional x 4 h/semana x 3 vezes na semana x 4,25 Semana/mês x 70% Produtivo	51	н
01.05	05.105.0031-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	Н	
		01 profissional x 4 h/semana x 3 vezes na semana x 4,25 Semana/mês x 70% Produtivo	51	Н



02.01		COLETA RSU	COLETA DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANO EM CAMINHÃO COMPACTADOR DE 12M³ COMPREENDENDO M.O. DO COLETOR E MOTORISTA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	Т
02.02		05.105.0126-0	MAO-DE-OBRA(ENCARREGADO DE TURMA),INCLUSIVE ENCARG OS SOCIAIS	MES
	3	0	Serviços de Remoção, Desobstrução e Limpeza de Vias	0
	0	0	0	
	0	0	Limpeza manual meio fio e sarjeta	
	0	0	0	
	0	0	0	
	0	0	0	Mês
	0	0	0	0
SUBTOTA	٩L	0	0	0
	0	0	0	0
BDI		0	0	0
	0	0	0	0
TOTAL GERAL		0	0	0



DIMENSIONAMENTO DA FROTA NECESSÁRIA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

	Dados de entrada - Preencher as células vermelhas	
Р	População total do município (IBGE 2010)	21.250
Н	População a ser atendida pela frota	21.250
L	Extensão total das ruas do município (km)	52
L	Extensão total das ruas a serem atendidas pela frota (km)	52
_	Distância média em Km do ponto de inicio da coleta até o local de descarga	0
D	(km)	8
J	Quantidade diária de horas de serviço de cada veículo (h)	7

	Área a ser atendida com coleta	Área Total do	Município	Área Pai	rcial do Município
	Frequencia de coleta de resíduos sólidos	Todo dia	Dias alternados	Todo dia	Dias alternados
	Quantidade diária de resíduo a ser coletado pelo veículo (s) solicitado (s)				
Q1	(ton/dia)	24,73	24,73	24,73	24,73
TV	Tempo gasto, por viagem, com o transporte do local de coleta ao local de destinação final dos resíduos (h)	1,30	1,30	1,30	1,30
	Número de viagens diárias possíveis por veículo caminhão caçamba 6 m³				
NV	(und)	3,77	4,44	3,77	4,44
	Número de viagens diárias possíveis por veículo caminhão caçamba 10 m³				
NV	(und)	3,15	3,97	3,15	3,97
	Número de viagens diárias possíveis por veículo caminhão caçamba 12 m³				
NV	(und)	2,90	3,77	2,90	3,77
NV	Número de viagens diárias possíveis por veículo caminhão compactador 6	2,36	3,28	2,36	3,28

SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS

	m³ (und)				
	Número de viagens diárias possíveis por veículo caminhão compactador 12				
NV	m³ (und)	1,51	2,36	1,51	2,36
	Número de viagens diárias possíveis por veículo caminhão compactador 15				
NV	m³ (und)	1,28	2,07	1,28	2,07

Resultado do Cálculo de Frota para 6 opções de veículos - Definir veículo mais adequado considerando as especificidades locais.

	Área a ser atendida com coleta	Área Total do	Município	Área Pa	rcial do Município
	Frequencia de coleta de resíduos sólidos	Todo dia	Dias alternados	Todo dia	Dias alternados
F	Frota (em número de veículos) para coleta de resíduos caminhão caçamba 6 m³	5,46	4,64	5,46	4,64
F	Frota (em número de veículos) para coleta de resíduos caminhão caçamba 10 m³	3,93	3,11	3,93	3,11
F	Frota (em número de veículos) para coleta de resíduos caminhão caçamba 12 m³	3,55	2,73	3,55	2,73
F	Frota (em número de veículos) para coleta de resíduos caminhão compactador 6 m ³	2,91	2,09	2,91	2,09
F	Frota (em número de veículos) para coleta de resíduos caminhão compactador 12 m³	2,27	1,45	2,27	1,45
F	Frota (em número de veículos) para coleta de resíduos caminhão compactador 15 m³	2,14	1,33	2,14	1,33

Sendo adotado a quantificação da frota referente ao caminhão compactador de 12r	3	3	er	10	d)	6	10	b	0	ta	a	d	lo)	a	. (q	u	a	U.	ti	fi	С	a	ç	ã	0	C	sk	l	f	rc	þ	ta	a	r	е	fe	əı	e	r	ıt	е	6	10	(cai	n	ir	ır	ıã	0	С	0	m	ıp	a	C	a	d	or	(de	,	1	2	m	ì
---	---	---	----	----	---	---	---	----	---	---	----	---	---	----	---	---	-----	---	---	---	----	----	----	---	---	---	---	---	---	----	---	---	----	---	----	---	---	---	----	----	---	---	----	---	---	----	---	-----	---	----	----	----	---	---	---	---	----	---	---	---	---	----	---	----	---	---	---	---	---

F = 2,27 **Adotado:** F = 3

Convertendo em horas:

quant. Veiculos

h/dia

dias



SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS

H =	3,00	X	8	X	30	=	720,00 h/mês
Considerando o r mês, obtemos:	numero de 03 coletores a	cada 8 hora	s, com limite de 176	S horas			
	Total de Horas trabalhada por Mês		Jorbada Mensal		Numeros de homem / Jonada		
T =	720,00 h/mês	/	176	x	3	=	12 Serventes
Considerando o r mês, obtemos:	numero de 01 motorista a	cada 8 hora	us, com limite de 176	S horas			
	Total de Horas trabalhada por Mês		Jorbada Mensal		Numeros de homem / Jonada		
T =	720,00 h/mês	/	176	X	1	=	4 Motorista

FORMAÇÃO DO CUSTO POR TON DE LIXO COLETADO

Composição anexo com base emop e

Custo Horario caminhão Compactador: 162,09 Sinapi

Composição anexo em atendimento a 3164,95 convenção Coletiva da classe.

Custo mensal do Coletor



SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS

Composição anexo em atendimento a convenção Coletiva da classe.

Custo Mensal do Motorista

12 Serventes 3.164,95 38.842,57

3.534,15

4 Motorista 3.534,15 14.457,89

720,00 h/mês 162,09 116.707,07

Custo Mensal 170.007,52

Sendo, deste modo o custo total mensal para coletar cada tonelada:

Custo/Ton = CustoMensal / Q1 x 30

Custo/Ton = 170.007,52 / 741,85875

Custo/Ton = 229,16 R\$/ton

Considerar redução na Produção mensal para 480 T, que é a quantidade efetiva transportada ao destino final 20 ton por dia



ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Tabela 4.1.2.1 - Quantidade de RSU Gerado

	2010	2011			
Região	RSU Gerado (t/dia)/ Índice (Kg/hab/dia)	População Urbana (hab)	RSU Gerado (t/dia)	indice (Kg/habitante/dia)	
Norte	12.920 / 1,108	11.833.104	13.658	1,154	
Nordeste	50.045 / 1,289	39.154.163	50.962	1,302	
Centro-Oeste	15.539 / 1,245	12.655.100	15.824	1,250	
Sudeste	96.134 / 1,288	75.252.119	97.293	1,293	
Sul	20.452 / 0,879	23.424.082	20.777	0,887	
BRASIL	195.090 / 1,213	162.318.568	198.514	1,223	

Fontes: Pesquisa ABRELPE 2010 e 2011, PNAD (2001 a 2011) e IBGE 2011

Cálculo da quantidade diária de resíduo a ser coletado 1

 $Q = \frac{H \times G}{1000}$

H População Urbana onde existe serviço de coleta de resíduo regular (hab) - 2020
G Estimativa da quantidade diária gerada de resíduo por habitante (kg/hab/dia) 1,1637

Por se tratar de Município do interior, foi reduzido a média do sudeste em 10%

	Cálculo do tempo gasto, por viagem,
2	com o transporte do local de coleta ao
	local de destinação final dos resíduos

TV = <u>2D</u> + T1 Vt

D	Distância do ponto de inicio da coleta até o local de descarga (km)	
Vt	Velocidade média desenvolvida até o local de descarga (km/h)	20
T1	Tempo gasto com o acesso, a pesagem, a descarga do resíduo e a saída do local	
	de destinação (h)	0,5



3	Cálculo da capacidade de carga por viagem	
d	Densidade aparente do lixo residencial (ton/m³) Coeficiente de compactação de resíduo propiciada pelo tipo de caminhão	0,22
k	(caçamba)	1
k	Coeficiente de compactação de resíduo propiciada pelo tipo de caminhão (compactador)	3
С	Capacidade de carga por viagem caminhão caçamba 6 m³ (ton)	1,32
С	Capacidade de carga por viagem caminhão caçamba 10 m³ (ton)	2,2
С	Capacidade de carga por viagem caminhão caçamba 12 m³ (ton)	2,64
С	Capacidade de carga por viagem caminhão compactador 6 m³ (ton)	3,96
С	Capacidade de carga por viagem caminhão compactador 12 m³ (ton)	7,92
С	Capacidade de carga por viagem caminhão compactador 15 m³ (ton)	9,9
4	Cálculo do número de viagens diárias possíveis por veículo	
VC	Velocidade média de coleta (km/h)	5
J	Quantidade de horas de serviço (h)	
L	Extensão total das ruas a serem atendidas pelo sistema (km)	
5	CÁLCULO DA FROTA NECESSÁRIA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS F = 1	
К	Número de veículos reservas (10%)	0,1
F	FROTA NECESSÁRIA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	



SETOR DE LICITAÇÃO)
PROC. N° 0137/2019	9
FLS	

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

) - set/18

EQUIPAMENTO		FONTE	UNID	QUANT	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00037766	CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 3,56M, POTENCIA 186 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	SINAPI	UN	0,000017	15,00000000	221912,160	56,59
00042251	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 12 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	SINAPI	UN	0,000017	15,00000000	48474,350	12,36
					тот	AL EQUIPAMENTO:	68,95
MATERIAL		FONTE	UNID		COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00218	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM, NA BOMBA	EMOP	L	23	0,00000000	3,599	82,78
00220	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO,CLASSIFICACAO API CG-4, GRAU SAE 20W-40	ЕМОР	L	0,35	50,00000000	8,500	4,46
00222	GRAXA COMUM P/LUBRIFICACAO DE CHASSIS, EM TAMBORES DE 170KG	EMOP	KG	0,175	0,00000000	11,177	1,96
00823	CONJUNTO DE 06 PNEUS DIAGONAIS DE TRACAO, 9.00-20, 14 LONAS, DESENVOLVIDO PARA USO MISTO (PAVIMENTO/TERRA)	ЕМОР	UN	0,0006	0,00000000	6582,000	3,95
	1					TOTAL MATERIAL:	93,14
					V	ALOR TOTAL:	162.09



ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

Salário Normativo da Federal: 954,00 Salário Normativo da Categoria: 1521,38 Convenção Coletiva: 2017/2018

CUSTO POR MOTORISTA

Módulo 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Módulo 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
A - Salário B - Adicional Noturno C - Adicional Insalubridade D - Outros	20,00% 20,00%	1521,38 0 304,28 0
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.825,66

A - INSS	20,00%	365,13
B - FGTS	8,00%	146,05
C - SESI ou SESC	1,50%	27,38
D - SENAI OU SENAC	1,00%	18,26
E - INCRA	0,20%	3,65
F - SEBRAE	0,60%	10,95
G - SÁLARIO EDUCAÇÃO	2,50%	45,64
H - RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT X FAP	3,00%	54,77

Total do Submódulo 2.1	36,80%	671,83
Submódulo 2.2 - 13º Sálario e Adicional de Férias		
A - 13º Sálario	8,33%	152,13
B - Adicional de Férias	2,78%	50,72
Sub Total	11,11%	202,85
C - Incidência do Submódulo 2.1 sobre o 13º Sálario e Adicional de Férias	4,09%	74,65
Total do Submódulo 2.2	15,20%	277,5
Submódulo 2.3 - Afastamento Maternidade		
A - Afastamento Maternidade	0,07%	1,35
B - Incidencia do Submódulo 2.1 sobre o afastamento Maternidade	0,03%	0,5
Total do Submódulo 2.3	0,101%	1,85
Submódulo 2.4 - Provisão para Rescisão		
A - Afastamento Maternidade	0,417%	7,61
B - Incidencia do FGTS sobre o Aviso Indenizado	0,167%	3,05



C - Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado D - Aviso Prévio Trabalhado	3,040% 0,160%	55,5 2,92
E - Incidencia do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,760%	13,87
F - Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	0,040%	0,73
Thata do Forto do Adios Fronto Francisco	0,0.070	0,70
Total do Submódulo 2.4	4,584%	83,69
Submódulo 2.5 - Custo de reposição do Profissional ausente	·	,
A - Férias	8,333%	152,14
B - Ausencia por doença	1,389%	25,36
C - Licença partenidade	0,021%	0,38
D - Ausência Legais	0,277%	5,06
E - Ausência por Acidente de Trabalho	0,033%	0,59
F - Aviso Prévio Trabalhado	0,040%	0,73
SubTotal	1,944%	35,49
G - Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	11,997%	219,02
	4,415%	80,6
Total do Submódulo 2.5	16,411%	299,62
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	73,10%	1334,49
Módulo 3 - INSUMO DE MÃO DE OBRA		
A - Auxílio Alimentação - Converção Coletiva RJ002196/2016 Adotado vale	374	374,00
refeição no valor de R\$ 17,00 x 22 dias trabalhados.	0, 1	·
TOTAL DOS INSUMOS DE MÃO DE OBRA		374,00
TOTAL DA MÃO DE ORDA /L . II . III) Por poeto		2 524 15
TOTAL DA MÃO DE OBRA (I + II + III) - Por posto		3.534,15



ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA

Salário Normativo da Federal: 954,00 Salário Normativo da Categoria: 1151,69

Convenção Coletiva: 2017/2018

CUSTO POR GARI

Módulo 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
A - Salário		1151,69
B - Adicional Noturno	20,00%	0
C - Adicional Insalubridade	20,00%	460,68
D - Outros		0
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.612,37

Módulo 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
A - INSS	20,00%	322,47
B - FGTS	8,00%	128,99
C - SESI ou SESC	1,50%	24,19
D - SENAI OU SENAC	1,00%	16,12
E - INCRA	0,20%	3,22
F - SEBRAE	0,60%	9,67
G - SÁLARIO EDUCAÇÃO	2,50%	40,31
H - RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT X FAP	3,00%	48,37

Total do Submódulo 2.1	36,80%	593,34
Submódulo 2.2 - 13º Sálario e Adicional de Férias		
A - 13º Sálario	8,33%	134,36
B - Adicional de Férias	2,78%	44,79
Sub Total	11,11%	179,15
C - Incidência do Submódulo 2.1 sobre o 13º Sálario e Adicional de Férias	4,09%	65,93
Total do Submódulo 2.2	15,20%	245,08
Submódulo 2.3 - Afastamento Maternidade		
A - Afastamento Maternidade	0,07%	1,19
B - Incidencia do Submódulo 2.1 sobre o afastamento Maternidade	0,03%	0,44
Total do Submódulo 2.3	0,101%	1,63
Submódulo 2.4 - Provisão para Rescisão		
A - Afastamento Maternidade	0,417%	6,72
B - Incidencia do FGTS sobre o Aviso Indenizado	0,167%	2,69
C - Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	3,040%	49,02
D - Aviso Prévio Trabalhado	0,160%	2,58
E - Incidencia do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,760%	12,25



F - Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	0,040%	0,64
Total do Submódulo 2.4	4,584%	73,91
Submódulo 2.5 - Custo de reposição do Profissional ausente		
A - Férias	8,333%	134,36
B - Ausencia por doença	1,389%	22,4
C - Licença partenidade	0,021%	0,34
D - Ausência Legais	0,277%	,
E - Ausência por Acidente de Trabalho	0,033%	0,52
F - Aviso Prévio Trabalhado	0,040%	31,34
SubTotal	11,997%	193,43
G - Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		71,18
Total do Submódulo 2.5	16,411%	264,61
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	73,10%	1178,58
Módulo 3 - INSUMO DE MÃO DE OBRA		
A - Auxílio Alimentação - Converção Coletiva RJ002196/2016 Adotado vale refeição no valor de R\$ 17,00 x 22 dias trabalhados.	374	374,00
TOTAL DOS INSUMOS DE MÃO DE OBRA		374,00
TOTAL DAMÃO DE ODDA /I III III) Dammanta		0.404.05
TOTAL DA MÃO DE OBRA (I + II + III) - Por posto		3.164,95



ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS INERTES E VARRIÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE CORDEIRO

	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO											
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6				
1	administração	648.379,44	54.031,62	54.031,62	54.031,62	54.031,62	54.031,62	54.031,62				
2	Coleta Regular de Resíduos Sólidos	1.378.337,28	114.861,44	114.861,44	114.861,44	114.861,44	114.861,44	114.861,44				
3	Serviços de Remoção, Desobstrução e Limpeza de Vias	2.504.693,53	208.724,46	208.724,46	208.724,46	208.724,46	208.724,46	208.724,46				
SUBTOTAL		4.531.410,25	377.617,52	377.617,52	377.617,52	377.617,52	377.617,52	377.617,52				
BDI	23,70%	1.073.944,22	89.495,35	89.495,35	89.495,35	89.495,35	89.495,35	89.495,35				
TOTAL (5.605.354,47	467.112,87	467.112,87	467.112,87		467.112,87	467.112,87				
ACUMUL	LADO		467.112,87	934.225,75	1.401.338,62	1.868.451,49	2.335.564,37	2.802.677,24				
TOTAL (GERAL		8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%				
ACUMUL	LADO		8,33%	16,67%	25,00%	33,33%	41,67%	50,00%				



SETOR DE LICITAÇÃO PROC. N° 0137/2019 FLS._____

Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
54.031,62	54.031,62	54.031,62	54.031,62	54.031,62	54.031,62
114.861,44	114.861,44	114.861,44	114.861,44	114.861,44	114.861,44
208.724,46	208.724,46	208.724,46	208.724,46	208.724,46	208.724,46
377.617,52	377.617,52	377.617,52	377.617,52	377.617,52	377.617,52
89.495,35	89.495,35	89.495,35	89.495,35	89.495,35	89.495,35
467.112,87	467.112,87	467.112,87	467.112,87	467.112,87	467.112,87
3.269.790,11	3.736.902,98	4.204.015,86	4.671.128,73	5.138.241,60	5.605.354,47
8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
58,33%	66,67%	75,00%	83,33%	91,67%	100,00%

ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA - BDI

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

ITEM	DESCRIÇÃO	%			
01	Administração Central	2,95			
02	Garantia + Seguros	0,80			
03	Risco	1,00			
04	Despesas Financeiras	0,59			
05	Lucro	4,90			
06	COFINS (3,00%)	3,00			
07	PIS (0,65%)	0,65			
08	50% ISS	2,50			
09	CPRB	4,50			
	BDI (%):	23,70			

FÓRMULAS ADOTADAS:

$$BDI = 100 \left[\frac{(1 + AC + RI + GA + SE)(1 + DF)(1 + LC)}{1 - (CO + PI + IS + CPRB)} \right] - 100$$

AC = Administração Central /100

RI = Risco /100

GA = Garantia/100

SE = Seguros /100

DF = Despesas Financeiras /100

LC = Lucro /100

CO = COFINS /100

PI = PIS / 100

IS = (50% do ISS)/100; considerando 50% do preço de venda





CONTRATO N.º PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 0137/2019	
PREGÃO PRESENCIAL N. º 010/2019	
TERMO DE CONTRATO Contratação de empresa para realização de serviços de coleta de resíduos destinação final e varrição de logradouros públicos no município de Cordeiro-RJ, QUE CELEBRA ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CORDEIRO - RJ E A EMPRES	Μ
CONTRATANTE	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ/MF:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:	
CARGO:	
IDENTIDADE:	
CPF:	
CONTRATADA	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ/MF:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:	
OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL: ()SIM - ()NÃO	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:	
1	
CARGO:	



SETOR DE LICITAÇÃO)
PROC. N° 0137/2019	9
FLS.	

avençado, tendo como respaldo o resultado o resultado da PREGÃO PRESENCIAL n. º 010/2019, celebram o presente contrato de acordo com a Lei Federal 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, visando Contratação de empresa para realização de serviços de coleta de resíduos e destinação final e varrição de logradouros públicos no município de Cordeiro-RJ, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DEFINIÇÕES

- 1.1- Para efeito deste contrato, significam.
- a) CONTRATADA Empresa que prestará os serviços/fornecerá o objeto;
- b) CONTRATANTE Prefeitura Municipal de Cordeiro;
- c) CONTRATO acordo existente entre CONTRATADO e CONTRATANTE, materializado e formalizado neste instrumento;
- d) FISCALIZAÇÃO servidor formalmente indicado pela autoridade competente, para acompanhar a entrega dos produtos, objeto deste contrato;
- e) FORÇA MAIOR evento fora do razoável controle do CONTRATANTE ou da CONTRATADA, e que torne impraticável o desempenho das obrigações assumidas em razão do contrato, exclusive qualquer fato cuja ocorrência tenha sido determinada por ação ou omissão do CONTRATANTE ou da CONTRATADA, citada de negligência, imperícia ou imprudência, e qualquer fato que razoavelmente pudesse Ter sido previsto antes da assinatura deste Contrato, e cujas conseqüências adversas pudessem ser evitadas ou minoradas em razão desta previsão;
- f) ORDEM DE SERVIÇO documento emitido pelo CONTRATANTE, através de autoridade competente, autorizando o início da execução do Contrato;

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO:

2.1- Contratação de empresa para realização de serviços de coleta de resíduos e destinação final e varrição de logradouros públicos no município de Cordeiro-RJ, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

3.1- O objeto deste contrato será executado de acordo com a solicitação do órgão requisitante. O Contrato será válido a partir da assinatura do mesmo pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública, de acordo com os artigos 57. Il e 65 e seguintes todos do diploma legal n°8666/93.

3.2 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 3.2.1 Prestados os Serviços, o seu recebimento será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:
 - 3.2.1.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
 - 3.2.1.1.1 Provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias após a atestação pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou por servidor responsável pelo Setor de Projetos e





Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo, referentes aos serviços executados. Será procedida a conferência de sua conformidade com as especificações do Projeto Básico, Edital, da proposta, da nota de empenho e do Contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

- 3.2.1.1.2 Efetuada a prestação dos serviços, o mesmo será recebido, definitivamente, pelo responsável, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, para verificação da conformidade dos serviços realizados com as especificações da solicitação.
- 3.2.2- A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato, e notificará para correção e apresentação de justificativa.
- 3.2.3 A reiteração ou defeito no fornecimento do serviço, sem justificativa admitida pela contratante, ensejará aplicação das sanções mais gravosas, conforme previsto no presente PREGÃO, podendo estas ser aplicadas cumulativamente.
- 3.2.4 O aceite/aprovação do serviço pelo setor responsável não exclui a responsabilidade civil do licitante por vício de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas na RELAÇÃO DE ITENS DO PROCESSO.
- 3.2.5 A Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA, no momento da conclusão da execução dos serviços, deverá vir acompanhada de todos os relatórios aqui previstos e solicitados pela Prefeitura/Secretaria Municipal de Fazenda.
- 3.2.6 O servidor responsável pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo se reserva o direito de solicitar novos relatórios para conferência, de acordo com a necessidade.
- 3.2.7 Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade da execução dos serviços pelo prazo estabelecido, e estará obrigada a substituir ou refazer aquele que apresentarem falhas.

3.3 SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

a) Os serviços a serem realizados deverão ser executados em conformidade com a Proposta de



SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS

Metodologia apresentada pela Licitante vencedora, a qual deverá observar e aplicar todas as especificações e demais elementos técnicos constantes deste Anexo.

- b) Passados 90 (noventa) dias do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS o seu PLANO DE TRABALHO DEFINITIVO.
- c) A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS poderá propor a implantação de novas técnicas operacionais, ao longo do Contrato, de forma a assegurar a atualização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços ao Município.
- d) O objeto licitado compreende a execução dos serviços relacionados a seguir:
 - Varrição de logradouros públicos;
 - > Poda de árvores nos logradouros públicos;
 - > Limpeza manual de meio fio e sarjetas;
 - Coleta e transporte de resíduos sólidos;

3.4 - DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 3.4.1 O fornecimento do objeto desta licitação deverá ser realizado nas datas, locais e horários definidos pela Secretaria, conforme descrito no Termo de Referência (Anexo II)
- 3.4.2 O prazo para execução dos serviços será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, por meio de termo aditivo, desde que os preços e condições para a continuidade dos serviços sejam vantajosos para Administração e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeira do contrato.
- 3.4..3 A vigência do contrato terá início a partir da expedição da Ordem de Início dos Serviços.
- 3.4.4 A execução do contrato deverá ser iniciada no prazo máximo de 3 (três) dias, a partir do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.
- 3.4..5 A conclusão provisória se fará mensalmente, mediante a expedição, pelo Fiscal do Contrato, de um Atestado de Execução do Contrato, e a conclusão definitiva se dará quando do encerramento do seu prazo de vigência, mediante a expedição de um Termo de Aceite, a ser assinado pelas partes

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 Pela	integral	е	satisfatória	execução	deste	Contrato	indicados	na	cláusula	02,	а	contratada
receberá	a importa	ânc	cia de R\$		(_).

- 4.2 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do fornecedor, por ordem bancária em prazo não superior a 30 (trinta) dias da emissão da Fatura ou Nota Fiscal. Sob nenhuma hipótese será acatada cobrança através de Boleto Bancário.
- 4.3 O pagamento de cada fornecimento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Cordeiro em prazo



SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS

não superior ao 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.

- 4.4 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Prefeitura Municipal de Cordeiro, o devido será acrescido de 1% (um por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.
- 4.5 O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretario Municipal do órgão requisitante da Prefeitura Municipal de Cordeiro.
- 4.6 Caso a Prefeitura Municipal de Cordeiro efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.
- 4.7 A contratada deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.
- 4.8 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome e endereço do órgão contratante.
- 4.9 Havendo identificação na Nota Fiscal ou Fatura de cobrança indevida, o fato será informado à contratada e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal dos produtos devidamente corrigida, sendo atestada pelo responsável designado pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Cordeiro.
- 4.10 A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal dos produtos, por parte da Prefeitura Municipal de Cordeiro, deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.
- 4.11 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual, inclusive.

CLÁUSULA QUINTA - AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO:

5.1- Todas as supressões, acréscimos ou complementações terão seus preços fixados com base nos valores vigentes ou equivalentes na proposta da CONTRATADA, caso a proposta não tenha preços que possam servir de parâmetro para a definição do valor acordada entre CONTRATANTE E CONTRATADA, com base nos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO:

6.1- Os recursos para a aquisição dos materiais, deste contrato são oriundos:

UNIDADE ORCAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Serviços Públicos





PROGRAMA DE TRABALHO: 2201.154520067.2121

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39.00

FONTE:04

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A contratante deverá:

- 7.1 Efetuar o pagamento à contratada, nos termos previstos neste edital, em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária, de acordo com a regularidade da contratada.
- 7.2 Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos fornecimentos, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo medidas corretivas por parte da contratada.
- 7.3 Observar para que durante a vigência do Contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 7.4 Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
- 7.5 Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento.
- 7.6 Propiciar as condições necessárias para a realização das entregas.
- 77 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada.
- 7.8 Designar servidor para fiscalizar o fornecimento.
- 7.9 Fornecer todas as informações para o bom desempenho dos serviços, assim como, o livre acesso às áreas envolvidas no trabalho;
- 7.10 Realizar o pagamento dos serviços prestados pela Contratada em conformidade com as cláusulas e condições estipuladas no Contrato;
- 7.11 Comunicar a Contratada ou ao representante por ela indicado, toda e qualquer irregularidade constatada no desempenho de suas atividades contratuais, solicitando as providências cabíveis para a regularização do ato ou procedimento, fixando prazo para a sua correção;
- 7.12 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 7.13 Informar à Contratada a conta bancária destinada a receber os valores arrecadados, pagos nos boletos.

7.14 - Caberá ainda à Contratante:



- 7.14 .1 Acompanhar, verificar e fiscalizar a execução dos serviços através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.
- 7.14 .2 Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados.
- 7.14.3 A contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Projeto Básico.
- 7.14.4 Receber, provisória e definitivamente, os serviços nas formas definidas.
- 7.14 .5 Convocar a contratada no prazo de 05 (cinco) dias para retirada da Nota de Empenho.
- 7.14 .6 Fornecer sempre equipe de servidores para acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços a serem prestados e auxiliar no mapeamento de ruas e logradouros públicos onde deverão ser executados os serviços.
- 7.14 .7 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços.
- 7.14 .8 Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução da prestação dos serviços.
- 7.14 .9 Supervisionar a execução da prestação dos serviços, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativo e qualitativo.
- 7.14 .10 Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Projeto Básico.
- 7.14.11 Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA.
- 7.14.12 Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- 7.14.13 Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados.
- 7.14.14 Aprovar ou reprovar os serviços apresentados pela empresa CONTRATADA.
- 7.14.15 Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 7.14.16 Solicitar a substituição dos funcionários da empresa CONTRATADA que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho.
- 7.14.17 Efetuar quando julgar necessário, inspeção nos veículos colocados à sua disposição, bem como ao material empregado na execução, com a finalidade de verificar as condições de conservação,



segurança, qualidade, manutenção e limpeza.

7.14.18 - Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o Contrato a ser celebrado.

7.15 - DA FISCALIZAÇÃO

- 7.15.1 Nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados serão os servidores Fabiano Rodrigues Pinto Matrícula 093181171 e Luciano Lopes de Carvalho Matrícula 050181157 devendo a Secretaria Municipal de Serviços Públicos fazer constar, impreterivelmente, na redação da ordem de início da execução, mais 01 (um) servidor para composição da fiscalização do contrato;
- 7.15.2 O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.15.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.
- 7.15.4 A contratante deverá fiscalizar, através do Fiscal do Contrato, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes e comunicar, por escrito diretamente à contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com os empregados desta, a fim de que sejam tomadas as devidas providências.
- 7.15.5 Todos os serviços executados na varrição dos logradouros públicos serão sujeitos à fiscalização e a Contratada é obrigada a permitir o acesso às dependências onde se desenvolvem os serviços do presente contrato. A Prefeitura manterá, para a fiscalização dos serviços contratados, engenheiros e técnicos, credenciados junto à Contratada, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer orientação geral, controle e fiscalização dos serviços. Após a comunicação da execução e do término dos serviços, os mesmos serão conferidos para aceitação, podendo o Município rejeitá-los no todo ou em parte em função das inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para o Município.
- 7.15.6 A contratante, por meio de sua fiscalização, adotará as seguintes medidas, conforme o caso:
 - 7.15.6.1 Aplicação de sanções administrativas, previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, no que pertine às obrigações trabalhistas e previdenciárias, pela empresa prestadora de serviços da contratada;
 - 7.15.6.2 Inserção da empresa descumpridora da legislação trabalhista no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;





- 7.15.6.3 Pagamento de direito das verbas trabalhistas aos empregados e liberação direta aos trabalhadores dos valores depositados nas contas vinculadas, nas seguintes hipóteses:
 - 7.15.6.3.1 Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13o.s salários, dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
 - 7.15.6.3.2 Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao ⅓ de férias, previsto na Constituição, guando dos gozos de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
 - 7.15.6.3.3 Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13o.s salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato; (Todo o item 14.4.6 é exigido em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n 000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n 0037400-22.2009.5.01.0441.).

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1 Cumprir fielmente o estipulado neste Edital e seus anexos e na proposta de preços;
- 8.2 Providenciar a execução do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, no endereço indicados pela Prefeitura Municipal de Cordeiro;
- 8.3 Substituir no imediatamente o item que for considerado defeituoso pela Prefeitura Municipal de Cordeiro;
- 8.4 Apresentar documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, sempre que solicitado;
- 8.5 Responder pelos danos causado diretamente a Prefeitura Municipal de Cordeiro ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Prefeitura Municipal de Cordeiro;
- 8.6 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Cordeiro;
- 26.7 Manter os seus empregados, quando do fornecimento dos produtos, sujeitos às normas disciplinares da Prefeitura Municipal de Cordeiro, porém, sem qualquer vínculo empregatício com esta entidade;
- 26.8 Manter seus empregados, quando em trabalho na Prefeitura Municipal de Cordeiro, identificados com crachá devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares desta Prefeitura;





- 8.9 Dar ciência a Prefeitura Municipal de Cordeiro, imediatamente, por escrito, de toda e qualquer anormalidade que ocorrer, inclusive durante o prazo de garantia dos materiais;
- 8.10 Arcar com todas as despesas trabalhistas, previdenciárias, judiciais, indenizações, seguros e outros de seus empregados e prepostos;
- 8.11 Arcar com todas as despesas necessárias para entrega do objeto;
- 8.12 Assumir inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade do objeto;
- 8.13 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- 8.14 Manter todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, até o encerramento dos compromissos pactuados.
- 8.15 A licitante vencedora obriga-se a entregar os objetos a que se refere esta licitação de acordo estritamente com as especificações descritas neste edital, sendo de sua inteira responsabilidade: a reposição do objeto que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações; todos os custos e despesas, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, impostos, materiais, equipamentos, serviços, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros, lucro, entrega dos itens além de quaisquer outros aqui não elencados e se comprometendo a atender todas as características deste edital e seus anexos inclusive quanto à qualidade, quantidade e prazos.
- 8.16 Atender prontamente a quaisquer exigências da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou por servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo, inerentes ao objeto da presente. Atender com presteza as solicitações da unidade que se relacione com o objeto deste Projeto Básico.
- 8.17 Comunicar SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ou por servidor responsável pelo Setor de Projetos e Engenharia da Secretaria de Obras e Urbanismo; os motivos que impossibilitem o cumprimento do objeto. Dar ciência imediata à autoridade competente das anormalidades ocorridas durante a execução dos serviços;
- 8.18 Elaborar, quando solicitado, planilhas, relatórios e gráficos diversos, referentes aos serviços executados. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.
- 8.19 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei;
- 8.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.21 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras



que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato;

- 8.22 Responsabilizar-se pela indenização de quaisquer danos causados ao Município e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência da presente contratação, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- 8.23 A Contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificações exigidas na licitação.
- 8.24 De acordo com a Resolução nº 425/98 CONFEA, a Contratada deverá apresentar a competente Anotação de Responsabilidade Técnica ART, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da assinatura do Contrato.
- 8.25 A Contratada assumirá integral responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, de acordo com o Projeto Básico e seus Anexos, bem como pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos ou decorrentes do não atendimento dos serviços previstos, inclusive quanto a terceiros.
- 8.26 Acatar as orientações do Gestor do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PMC, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.
- 8.27 Prestar esclarecimento à PMC sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- 8.28 Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura, pela PMC.
- 8.29 A Contratada é obrigada a obedecer às exigências do CREA, bem como às prescrições das normas da ABNT e demais especificações e normas de execução dos serviços que venha a Secretaria de serviços públicos exigir por razões de ordem técnica ou de conveniência à coletividade. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados e uso indevido de patentes e/ou direitos autorais.
- 8.30 A Contratada é obrigada a participar de reuniões, convocadas pela Secretaria de serviços públicos, mantendo-a informada permanentemente sobre o andamento dos serviços e, ainda, apresentar, se for o caso, os relatórios parciais e o final dentro dos prazos estabelecidos.
- 8.31 A Contratada obriga-se a comunicar à Prefeitura, todas as circunstâncias ou ocorrência que, constituindo motivos de força maior, impeçam ou venha a impedir a correta execução dos serviços.
- 8.32 A Contratada é obrigada a zelar pelo patrimônio Municipal, objeto do presente, assumindo



responsabilidades pela sua integridade, responsabilizando-se pelos seus agentes ou por terceiros, isentando a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades.

- 8.32 A Contratada é obrigada a recompor, ao término dos serviços, as condições originais, obedecendo aos padrões estabelecidos pela Prefeitura, dos passeios, leitos carroçáveis e demais logradouros públicos danificados em função dos trabalhos executados pela Contratada.
- 8.33 A contratada se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Projeto Básico, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultante da execução do serviço.
- 8.34 A Contratada obriga-se a manter às suas expensas seus funcionários devidamente uniformizados e identificados por crachás com fotografias recentes, obedecendo às normas disciplinares da PMC, sem qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 8.35 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto do Projeto Básico, utilizando-se de empregados treinados, de bom nível educacional e moral, para prestarem serviços com qualidade.
- 8.36 Fornecer aos empregados vale alimentação/refeição, vale transporte, e/ou qualquer outro benefício.
- 8.37 Fazer com que seus empregados cumpram, rigorosamente, todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços.
- 8.38 Substituir imediatamente, com a prévia anuência da CONTRATANTE, qualquer funcionário que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinares da PMC ou no caso de afastamento, falta, impedimento legal ou férias, de maneira que não prejudique o andamento e a boa execução dos serviços, além de assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas-extras, abono, dissídio coletivo, outros adicionais, encargos sociais, referentes a seus empregados.
- 8.39 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Projeto Básico, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- 8.40 Apresentar ao Gestor do Contrato o registro da frequência de funcionários (inclusive no caso de cobertura) no final de cada mês. O referido controle embora sob responsabilidade da contratada, poderá ser solicitado pela PMC a qualquer tempo.
- 8.41 Manter a disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e servidores da PMC.
- 8.42 Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto para admissão quanto ao longo da vigência do Contrato a ser assinado, os exames de saúde preventivos exigidos e apresentar os respectivos comprovantes anualmente e/ou sempre que solicitado pela PMC.
- 8.43 Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.



- 8.44 Responsabilizar pelo deslocamento dos seus empregados, às suas residências, quando ocorrer situações que fogem ao controle deste contrato, providenciando o meio de locomoção adequada, bem como em ocasiões de greve do sistema de transporte coletivo.
- 8.45 Efetuar o pagamento dos salários de seus empregados até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 8.46 Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, de forma periódica, os originais ou cópias dos seguintes documentos:
- 8.46.1 Cópias dos contracheques e comprovantes de pagamento em conta corrente de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços relativos ao presente contrato, assinados pelos mesmos;
- 8.46.2 Cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS individualizada aos trabalhadores prestando ou que tenha prestado serviços;
- 8.46.3 Cópia dos recibos de vales-transportes e alimentação de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços, em caso da contratada fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar cópias dos respectivos comprovantes de créditos disponíveis nos cartões dos referidos funcionários;
- 8.46..4 Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços;
- 8.46.5 Cópia do pagamento de férias ou verbas rescisória de todos os empregados estejam, ou estiveram prestando serviço;
- 8.46.6 Certidões negativas de débitos atualizadas junto ao INSS, FGTS, CND Fazenda Nacional;
- 8.46.7 Cópia da GFIP e seu comprovante de recolhimento;
- 8.46.8 Cópia da SEFIP, que deve constar o nome de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços;
- 8.46.9 Cópia da GPS e seu comprovante de pagamento.
- 8.46.10 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas todo mês; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 8.47 No ato da contratação deverá ser relacionado o quadro de empregados, e apresentada à PMC cópia das fichas de registro funcional, para todos os empregados os quais irão atuar nas atividades ora





contratadas.

- 8.48 Apresentar ao Gestor do Contrato quadro nominativo de todo contingente de empregados e executores dos serviços destinados a prestar os serviços contratados, acompanhados de cópias da Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Carteira de Registro no CREA (para os profissionais correspondentes), Carteira Nacional de Habilitação e CPF, bem como endereço nº de telefone, devendo ser atualizados em casos de substituições, dando-se igualmente prévio conhecimento das alterações porventura advindas.
- 8.49 A licitante vencedora deverá manter sede, filial ou escritório no local da prestação de serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração Pública, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados. (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 8.50 Ficará por conta da contratada o fornecimento de todos os equipamentos e veículos necessários à execução deste contrato, sinalizados com luzes amarelas intermitentes, utilizando-os somente para o deslocamento dos trabalhadores na execução dos serviços de assistência à CONTRATADA.
- 8.51 Caberá à contratada as despesas com seguro, combustível e manutenção dos veículos.
- 8.51.1 Ficará sob sua Responsabilidade todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas a combustíveis, manutenção, acidentes, multas, pedágio, impostos, estacionamento, taxas, licenciamentos, identificação visual dos veículos, e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências.
- 8.51.2 Apresentar os documentos dos veículos disponibilizados para a prestação de serviços, conforme relação fornecida na licitação;
- 8.51.3 Apresentar os veículos, ferramental e equipamentos de EPIs e EPCs para vistoria e validação das informações prestadas na habilitação;
- 8.51.4 Apresentar a comprovação de vínculo empregatício do pessoal disponibilizado para prestação de serviços, conforme relação de pessoal fornecida na licitação;
- 8.51.5 A contratada se responsabilizará por quaisquer danos causados a terceiros ou seus funcionários, seja no decorrer da prestação dos serviços ou em razão de prejuízos advindos de dolo, negligência, imprudência ou imperícia, exclusivamente relativos ao objeto contratado;
- 8.51.6 A contratada deverá manter em perfeito estado de funcionamento a frota veicular que estará disponível para a prestação dos serviços objeto do presente. Os veículos serão vistoriados pela contratante no início da vigência do contrato bem como quando se entender necessário, onde serão





verificados todos os itens relevantes como condições de conservação, manutenção, segurança, limpeza, etc;

- 8.51.7 No prazo de até 5 (cinco) dias após a homologação, a licitante vencedora deverá apresentar cópia autenticada dos documentos dos veículos e das habilitações dos motoristas que prestarão os serviços, os quais deverão ser previamente aceitos pela PMC, devendo ser atualizados os dados junto ao CONTRATANTE sempre que houver substituição de veículos ou motoristas. Outrossim, no prazo de até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato deverá a licitante disponibilizar os veículos em caráter permanente para a execução dos serviços.
- 8.51.8 Os veículos que serão utilizados para a prestação dos serviços, deverão estar caracterizados (pintura ou adesivados) como os seguintes dizeres: "A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO".
- 8.51.9 Caso algum imprevisto inviabilize o prosseguimento dos serviços programados com o veículo de trabalho, a Contratada terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para colocar o equipamento em condições de funcionamento. Caso este prazo não possa ser cumprido, a Contratada deverá fornecer, em 48 (quarenta e oito) horas outro caminhão de iguais características, sem ônus para o Município. Casos especiais, que fogem aos prazos indicados, a contratada deverá justificar por escrito à Secretaria Municipal de Serviços Públicos para análise e julgamento.
- 8.51.10 A não substituição do(s) equipamento(s) por período superior a 48 (quarenta e oito) horas, será considerado atraso para execução do Contrato, ficando incluso nas penalidades previstas neste contrato e na Lei 8.666/93;
- 8.51.11 Providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 8.51.12 Providenciar senha para que o trabalhador tenha acesso ao Extrato de Informações Previdenciárias; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)
- 8.51.13 Manter número de empregados compatível com a quantidade de serviços a serem prestados; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n°00027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n°0037400-22.2009.5.01.0441.)



- 8.51.14 Fixar o domicílio bancário dos empregados terceirizados no município no qual serão prestados os serviços; (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n 900027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n 90037400-22.2009.5.01.0441.)
- 8.51.15 Somente liberar o saldo da conta vinculada à empresa depois de comprovada a execução completa do contrato e a quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado. (Em atendimento às exigências determinadas pelo Ministério Público do Trabalho, para aplicação nos editais de licitação para contratação de empresa para serviços de prestação continuada, que forem formulados pelo município de Cordeiro, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta exarado pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho, Sr. Jefferson Luiz Maciel Rodrigues e Exmo. Sr. Prefeito de Cordeiro, Sr. Luciano Ramos Pinto, em 26 de abril de 2018, no Procedimento Promocional n 000027.2018.01.002-0, nos autos do processo judicial n 0037400-22.2009.5.01.0441.)

CLÁUSULA NONA - INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO:

9.1- Os eventuais atrasos ou interrupções no fornecimento, provocados por motivo de força maior, deverão ser comunicados pela CONTRATADA ao CONTRATANTE dentro de no máximo dois dias corridos contados de sua ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 10.1 O proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, não assinar o contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do termo contratual, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.1.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da PMC, e no caso de suspensão de licitar, o proponente deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 10.2 O não cumprimento dos prazos dos eventos contratados ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do fornecimento.
- 10.3 A aplicação da multa estabelecida no subitem anterior não impede que a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO rescinda unilateralmente o fornecimento e/ou aplique as sanções previstas no subitem 10.4, sem prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.
- 10.4 No caso de inexecução total ou parcial do contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, poderá garantida a prévia defesa, rescindi-la e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:





- a) Advertência;
- b) Multa no percentual de 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, por um período não superior a 05 (cinco) anos; e
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no disposto na alínea anterior.
- 10.5 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do subitem 10.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" do mesmo subitem.
- 10.6 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do subitem 10.4, somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO e apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que a contratada for notificada. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dá direito a qualquer contestação.
- 10.7 A sanção estabelecida na alínea "d" do subitem 10.4, é de competência exclusiva da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 05 (cinco) anos de sua aplicação.
- 10.8 As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.4, poderão também ser aplicadas à contratada ou aos profissionais que, na execução do contrato:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar o objetivo da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.9 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO formalizará comunicado à contratada sobre as advertências e multas aplicáveis, ficando assegurada a esta, a garantia de prévia defesa, a qual deverá ser apresentada a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação.
- 10.10 Será de responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.



SETOR DE LICITAÇÃO)
PROC. N° 0137/2019	9
FLS	_

10.11 - Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

11.1- O Contrato será válido a partir da assinatura do mesmo pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, aditivado em valor ou suprimido, conforme necessidade e entendimento da administração pública, de acordo com os artigos 57, II e 65 e seguintes todos do diploma legal n°8666/93.

11.2 - DO REAJUSTE

- a) Os valores pactuados poderão ser reajustados depois de decorridos 12 (doze) meses da data de apresentação das propostas, com base no IGP-M, acumulado desde o mês da abertura das Propostas até o mês de aplicação do reajuste, a menos que seja criado índice setorial oficial, obrigatoriamente imposto pela União.
- b) Será realizada revisão do valor dos serviços, para mais ou para menos, nos seguintes casos:
 - I. Quando houver modificação unilateral do contrato, imposta pelo Município e que importe em alteração de custos, devidamente comprovada por probatório pela Contratada;
 - II. Sempre que forem criados, extintos ou alterados tributos ou encargos legais ou sobrevierem disposições legais, ocorridas após a data de apresentação da Proposta objeto desta Licitação, de comprovada repercussão nos custos da Contratada; e
- III. Nos demais casos em que se aplique o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, com exceção do §1º do mesmo artigo.

11.3 - DA REVISÃO

a) Será assegurado à Contratada o estabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 65, § 5º e § 6º da Lei Federal nº 8.666/93, a partir da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO:

12.1- O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses e condições previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO:

13.1- Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:



- a) PREGÃO PRESENCIAL N. º 010/2019
- b) Proposta da Contratada

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ORDEM DE PRECEDÊNCIA DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O CONTRATO:

- 14.1- Para efeito de interpretação deste Contrato, será observado o seguinte:
- a) No caso de divergência entre a proposta apresentada pela CONTRATADA e o edital, prevalecerá o disposto no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – COMUNICAÇÕES:

- 15.1- As comunicações necessárias em razão deste Contrato devem ser feitas por escrito, e enviadas através de telegrama, carta registrada, ou fax, a um dos seguintes endereços, conforme o caso:
- a) Prefeitura Municipal de Cordeiro Avenida Presidente Vargas, n°296 - Centro - Cordeiro/RJ.

b)	Contratada			

15.2- A comunicação será considerada efetivada a partir da data de seu recebimento, que deve ser confirmado pelo destinatário tão logo seja possível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 16.1- As alterações que se fizerem necessárias serão formalizadas através do Termo Aditivo, não podendo as comunicações expedidas nos termos da Cláusula 17.1, modificar qualquer aspecto substancial deste Contrato.
- 16.2- A Lei 8.666/93, alterada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, regerá, subsidiariamente, a aplicação deste Contrato e a solução de litígios que eventualmente, dele possa resultar.
- 16.3- O foro do presente Contrato será o da Comarca de Cordeiro/RJ, excluído qualquer outro, ainda que privilegiado.

E por estarem de acordo com as condições aqui pactuadas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, o qual, após ser lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE, CONTRATADO e TESTEMUNHAS.

Cordeiro, de de	2019.
-----------------	-------





Prefeitura Municipal de Cordeiro
CONTRATANTE

	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	



SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Ref.: PREGÃO nº XXX/2019

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº<CNPJ da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do CPF>, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. ()

<local e data>

<representante legal>

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



SETOR DE LICITAÇÃO)
PROC. N° 0137/2019	9
FLS	

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

Ref.: PREGÃO nº XXX/2019

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº<CNPJ da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do CPF>, DECLARA, para fins do disposto no art. 9º da Lei nº8.666, de 21 de Junho de 1993, que não existe em seu quadro de empregados, conforme determina o Art. 9ºda Lei 8.666/93, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

<local e data>

<representante legal>

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E IDONEIDADE

(FORA DO ENVELOPE)

Ref.: PREGÃO nº XXX/2019

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ n° <cnpj da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade n° < n° do RG e órgão expedidor> e do CPF n° N° do cpf>, em atenção ao disposto no art. 4° , VII, da Lei Federal n° 10.520/02, declarar que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão Presencial.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Ressalva: desejo usufruir da prerrogativa do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06 ()

<local e data>

<representante legal>

Observação:

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS

ANEXO VII

DECLARAÇÃO PARA EQUIPARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(FORA DO ENVELOPE)

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Cordeiro

DECLARAÇÃO

(nome/razao social) Inscrita no CNPJ nº, por	intermédio de seu
representante legal o(a) sr(a)	
carteira de identidade nº	
n° , DECLARA , para fins do d	
PREGÃO nº XXX/2019 sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas	da lei, que fará uso do
tratamento diferenciado estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e	e suas alterações, não
possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Comple	ementar nº 123/2006 e
sendo considerada:	
() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, 1° da Lei nº 123, de 14/12/2006;	Complementar Federal
() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123	, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3° da Lei Co 14/12/2006.	mplementar nº 123, de
() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, e 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabe 11.488/07.	de 14 de dezembro de
Cordeiro,dede	•

(representante legal)



SETOR DE LICITAÇÃO
PROC. N° 0137/2019
FLS.

ANEXO VIII

TERMO DE CREDENCIAMENTO (FORA DO ENVELOPE)

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Cordeiro

Pelo presente, credenciamos o(a) SR.(a), portador(a) da ldentidade sob o nº, a procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão público.	a cédula de oarticipar do
Na qualidade de representante legal da empresa, outore credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de recurso formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e pratidemais atos inerentes ao certame.	, bem como
,dede	
Nome do representante Legal da Empresa :	
Assinatura	

Carimbo do CNPJ



ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO À VISITA TÉCNICA

(OBRIGATÓRIA AO REALIZAR A VISITA)

Eu, <Responsável Técnico devidamente qualificado) da empresa <nome da empresa>, DECLARO, sob as penas da Lei, que visitei o local onde será executado o/a <descrição do objeto da licitação> da Prefeitura Municipal de Cordeiro, assumindo assim que CONCORDO com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de situações eventuais em virtude da verificação das condições do local de execução do objeto do certame. Desta forma, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do PREGÃO n° ____/2019, sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

<Local>, <data: dia - Mês e Ano>.

<Assinatura do responsável técnico da empresa>

<NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA>

<CARGO/FUNÇÃO QUE OCUPA NA EMPRESA>

CPF nº: RG nº:

<Assinatura do representante legal da empresa >

<NOME REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA>

<CARGO/FUNÇÃO QUE OCUPA NA EMPRESA>

CPF nº: RG nº





ANEXO X - DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(CASO NÃO REALIZE A VISITA)

Eu,<Responsável devidamente qualificado) da empresa <nome da empresa ou pessoa física>DECLARO, para os devidos fins, que NÃO visitei o local onde será executado o/a <descrição do objeto da licitação) da Prefeitura Municipal de Cordeiro, por opção própria, assumindo assim que CONCORDO com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de minha omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame. Desta forma, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório do PREGÃO n° ____/2019, sem quaisquer direitos a reclamações futuras sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto. DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

<local>. <data dia - Mês e Ano>
<Assinatura do responsável da.empresa ou da pessoa fisica>
<NOME DO RESPONSÁVEL>
CPF nº:
RG nº:

Obs: A Declaração de Não Visita deverá ser apresentada no papel próprio da empresa ou pessoa física, não sendo necessária a transcrição do cabeçalho da Prefeitura Municipal de Cordeiro.